



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

GABRIELA RODRIGUES DE MORAES

**DETERMINANTES CENTRAIS DA TARDIA REGULAMENTAÇÃO DO
TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL**

Brasília – DF

2019.

GABRIELA RODRIGUES DE MORAES

Determinantes centrais da tardia regulamentação do trabalho doméstico no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Serviço Social - SER da Universidade de Brasília - UnB como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Lopes da Silva.

Brasília – DF
2019.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RG118d Rodrigues de Moraes, Gabriela
DETERMINANTES CENTRAIS DA TARDIA REGULAMENTAÇÃO DO
TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL / Gabriela Rodrigues de Moraes;
orientador Maria Lucia Lopes da Silva. -- Brasília, 2019.
74 p.

Monografia (Graduação - Serviço Social) -- Universidade de
Brasília, 2019.

1. trabalho. 2. trabalho doméstico. 3. formação social e
econômica brasileira . 4. PEC das domésticas. I. Lopes da
Silva, Maria Lucia, orient. II. Título.

Determinantes centrais da tardia regulamentação do trabalho doméstico no Brasil

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, da estudante Gabriela Rodrigues de Moraes.

Maria Lúcia Lopes da Silva (Orientadora)

Maria Elaene Rodrigues Alves (Examinador Interno)

Blenda Peixoto (Examinador Externo)

Brasília – DF

2019.

“Favela, fundão imortal dos meus versos...”
(Racionais MC’s)

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita acadêmica demonstra suas particularidades na realidade de cada pessoa, de formas extremamente diferentes: a novidade para mim surgiu desde o primeiro momento de escolha do tema por motivações reais na minha vida, até o momento propriamente dito da escrita. Não somente, esse processo árduo teve como determinante, para mim, o compromisso político de compreender os fenômenos que circunscrevem a minha realidade familiar: o trabalho doméstico, como fonte de renda e opressão cotidiana. Por isso, e por outras, agradeço imensamente aos envolvidos:

À minha mãe, pessoa mais importante na minha vida, uma mulher que dentre todas as qualidades no qual eu poderia destacar, resumo-a em apenas uma: FORÇA! Nas situações mais adversas, nas condições materiais mais precárias, nos momentos emocionalmente mais duros, você incentivou, ensinou, educou e demonstrou que, subestimar a nossa capacidade de se reerguer e conquistar nossos sonhos é, no mínimo, um erro. Obrigada por acreditar no meu potencial, mesmo que de forma por vezes dura, e entrar de cabeça nas aspirações de uma filha tão complexa como eu. Te amo, mainha!

À família Rodrigues, nas seguintes pessoas: minha irmã Rafaela, que apesar de todas as conflitualidades, sempre demonstrou compromisso inquestionável; meu sobrinho Noah, presente que recebemos para nos alegrar nos momentos mais difíceis. Ouvir você falar “titia vai estudar?” me motivou em momentos que a vontade de desistir era quase a única opção; minha tia Sônia, que apesar de pouco contato, sempre foi para mim uma mulher que representa a seriedade e a alegria necessária para seguir a vida de forma leve. Por vocês, e para vocês, sou uma pessoa melhor.

À família Duarte por acreditar em mim e admirar a minha história, especialmente à Natália Duarte pela presença atenciosa e carinhosa na minha vida, pela disponibilidade em ler meus trabalhos acadêmicos e pelas correções e dicas valiosas nessa trajetória acadêmica. Ainda especialmente agradeço ao Lucas Duarte, pessoa responsável significativamente pelas reflexões críticas trazidas não somente nesse trabalho, mas para a minha vida. Com você eu descobri novos horizontes, aprendi mais sobre a vida, compartilhei dos melhores aos piores momentos, discuti de maneira instigante, e no fim disso tudo compreendi que o amor – e todas as suas formas de se manifestar – sempre será leve e livre. Amo vocês!

Aos amigos que tive o prazer de ter durante a graduação e pude compartilhar da militância no Centro Acadêmico de Serviço Social – CASESO pelos momentos de discussão política e também de diversão mais variados, desde Brasília até o Rio de Janeiro (e Maranhão).

Ao bonde de estudos da salinha da pós (Melina, Lúcia, Gi, Aline, Léo, Biel, Deia, Wagão, Obirin, Dheb, Laryça e Kahena) pelas longas e necessárias jornadas de estudo, fofoca, café e paiol. Especialmente à Melina, no qual agradeço e parablenizo pela conquista que conseguimos obter como resultado desse processo que compartilhamos de forma solidária e cuidadosa. À vocês, o meu carinho.

Ao amigos de longa data da Santa Maria, minha eterna quebrada: as sapatão, os viado, maloqueiro, skatista, roqueiro, movimento junino, entre todos os outros que andei lado a lado nas quadras dessa cidade durante 19 anos da minha vida. Destaco, ainda, minha melhor amiga Juliana Melo “que me ensinou quase tudo que eu sei” e Ana Maria, o coração mais bruto e fiel que eu pude conhecer.

Estendendo as fronteiras e em tempos recentes, na conexão São Sebastião-Núcleo Bandeirante, agradeço à minha grande amiga e camarada Nina Sousa pela fidelidade de dividir comigo esses últimos tempos turbulentos de seleção do mestrado e escrita do TCC. Você, sem dúvida nenhuma, é parte determinante nas minhas conquistas! Obrigada pelos momentos de foco, mas devidamente “metendo o louco”. Na conexão São Sebastião-Gama, agradeço ao Didico pelo apoio carinhoso e decisivo na corrida chamada “término do TCC”.

Na universidade, agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Seguridade Social e Trabalho – GESST, pela oportunidade de refletir conjuntamente sobre as políticas sociais no Brasil. Especialmente à Lúcia Lopes, minha querida orientadora, que me despertou a vontade pela pesquisa e por uma leitura crítica compromissada com a classe trabalhadora.

Por fim, mas longe de ser menos importante, agradeço à todos e todas as camaradas do Partido Comunista Brasileiro – PCB e da União da Juventude Comunista – UJC, por tê-los cotidianamente lado a lado na luta por uma Universidade Popular e por compartilhar dos sonhos utópicos (mas não irrealizáveis) de uma sociedade livre da exploração e opressão capitalista, baseada nos princípios societários da solidariedade, do respeito e da camaradagem. Sinto-me honrada de compartilhar da mesma luta que vocês, e tenho convicção de que “vale a pena viver, quando se é comunista!”.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo identificar os determinantes centrais da tardia regulamentação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas no Brasil, bem como traçar considerações do aspecto histórico-estrutural deste trabalho na formação social e econômica brasileira.

Procurou-se aproximar das multideterminações da atual configuração do trabalho doméstico, no que tange a sua natureza e características, bem como sua relevância no mercado de trabalho brasileiro.

Utilizou-se a categoria teórica *trabalho* no seu sentido ontológico, assim como a categoria de *trabalho assalariado* para subsidiar uma leitura crítica tanto das alterações do mundo do trabalho na contemporaneidade como para indicar sua centralidade assumida na produção e reprodução da vida humana.

Palavras-chave: trabalho; trabalho doméstico; PEC das domésticas; formação social e econômica brasileira.

ABSTRACT

The present final exam is intended to identify the central determinants of the late regulation of domestic workers labor rights in Brazil and well as drawing considerations regarding the historical and structural aspects of this paper in the brazilian economical and social fomation. We tried to understand the multiple determinations of today's domestic labour configuration, regarding it's nature and caracteristics, as well as it's relevance in the brazilian market. We used the theoerical concept of labour in it's onthological sense, as well as the concept of paid labour to suport a critical understanding of the alterations of labour world nowadays, and to point out the central place on wich labour stands at the production and reproduction of human life.

Key-words: work; domestic labor; PEC of dometic workers; brazilian social and economical fomation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de escravos domésticos nas cidades e casas grandes no geral	57
--	----

SUMÁRIO

Introdução	12
Metodologia.....	14
Capítulo I – Trabalho e formação do mercado de trabalho no Brasil.....	16
1.1. Os sentidos e a centralidade do trabalho	17
1.2. Capitalismo e sua configuração dependente.....	23
1.3. Aspectos gerais do trabalho no período escravista brasileiro.....	30
1.4. A população negra e a formação do mercado de trabalho no Brasil	36
Capítulo II – As multideterminações do trabalho doméstico.	41
2.1. As estruturas sociais que circunscrevem o trabalho doméstico.....	44
2.1.1. Sistema patriarcal.....	44
2.1.2. Divisão sexual do trabalho	47
2.1.3. Classe, raça e gênero	49
Capítulo III – Aproximação dos determinantes centrais da tardia regulamentação do trabalho doméstico no Brasil	54
3.1. Aspectos históricos da tardia regulamentação do trabalho doméstico	57
3.2. A condição das empregadas domésticas na atualidade	65
Considerações finais	71
Referências	73

Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC propõe-se a investigar os determinantes centrais da tardia regulamentação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas¹ no Brasil, destacando as multideterminações desta profissão. O seu propósito é traçar considerações do aspecto estrutural deste trabalho na sociedade capitalista e suas principais determinações históricas que influíram em um processo de luta das empregadas domésticas por proteção ao exercício do trabalho e na tardia regulamentação deste.

O trabalho doméstico está inserido na construção histórica não só do modo de produção capitalista, como também em regimes coloniais de dominação do capitalismo central sob países de capitalismo periférico, na perspectiva da acumulação e da criação de monopólios – o que reflete a estrutura atual da fase do capitalismo imperialista. Desta forma, o trabalho doméstico assume particularidades na sua construção histórica, merecendo uma análise crítica para compreender a sua funcionalidade ao modo de produção hegemônico no mundo.

Não obstante, o trabalho doméstico apresenta-se como uma área de extrema feminização² ainda no período colonial brasileiro e também atualmente, assim como um trabalho de extrema relevância para identificar relações coloniais que se mantiveram mesmo com a alteração do modo de produção brasileiro. A sua tardia regulamentação tem determinantes centrais que são importantes de serem analisados para a compreensão de como se estrutura esse trabalho atualmente, evidenciando a demarcação histórica da classe, do gênero e da raça daquelas que estão inseridas nessa profissão.

O exercício do trabalho doméstico produz relações sociais de desigualdade, ao mesmo tempo em que assume relevância na atividades realizada por mulheres, – a exemplo disso, em 2014, 14% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil eram de empregadas domésticas, e destas, 92% eram mulheres (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014) – e, em maior proporção as negras. Assim, realçamos a opção política de utilização da categoria de empregadas doméstica no seu gênero feminino – mesmo que em sua

¹ Neste trabalho utiliza-se a expressão empregadas domésticas no feminino devido a prevalência histórica de mulheres na profissão.

² O conceito de feminização é utilizado na bibliografia feminista para exemplificar o predomínio de mulheres em determinado ramo de produção ou atividade desenvolvida que tenha relação direta com características que são consideradas quase que inatas à construção social do que é ser mulher, como por exemplo o cuidado, a docilidade, a fragilidade, e etc. No capitalismo, podemos identificar diversas áreas – como a pedagogia, a enfermagem, o serviço social, dentre outras – que são delineadas a partir da divisão sexual do trabalho e conformadas a partir daquelas características que são relegada às mulheres. Ainda que o conceito seja importante para analisar os fenômenos que circunscrevem a condição da mulher na contemporaneidade, há-se discordâncias de natureza etimológica – e sua variação como feminização e feminilização – e de natureza teórica das vertentes do feminismo, contudo isso não será o foco da discussão trazida aqui.

regulamentação ainda seja utilizado o termo no gênero masculino – pois a sua configuração real não só na atualidade, mas ainda no período colonial, deu-se majoritariamente pela participação das mulheres, delimitando ainda a divisão sexual do trabalho no capitalismo. Não obstante, cabe ao serviço social uma leitura crítica e a devida apropriação da temática para intervenção crítica na questão social produzida por essas multideterminações.

Apontamos a necessária articulação dos principais eixos de análise proposta aqui: a *centralidade do trabalho*, como forma de organização da sociabilidade humana e sua deformação na sociedade capitalista; a *formação social e econômica brasileira*, que no contexto de capitalismo dependente e periférico localizou-se no seio da acumulação de mais-valor e desenvolvimento dos países de capitalismo central, e; o *trabalho doméstico* e seus principais determinantes históricos que influíram na regulamentação tardia deste. Tais eixos, ao serem compreendidos em sua totalidade, produzem e reproduzem relações políticas, econômicas e ideológicas que se materializam nas relações sociais cotidianas, e que para identificar a conexão dialética entre esses, é necessário ir além da aparência que se mostra no imediato para apreender a dinâmica estrutural desses fenômenos.

A escolha da pesquisa deu-se para além da identificação da escassa produção científica que incorporasse a categoria trabalho no seu sentido ontológico com a reprodução do trabalho doméstico no capitalismo, mas também por uma percepção pessoal de situações concretas que perpassam minha realidade, uma vez que a principal referência da minha vida – minha mãe, a pessoa no qual eu tenho a maior admiração e compromisso do mundo – vive essa realidade há 32 anos, quando veio para Brasília aos seus 16 anos e suas condições de classe, raça e gênero demarcaram suas restritas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e garantia de subsistência individual e familiar, e por essa razão, coloco-me como sujeito responsável na elaboração teórica que contribua para superar relações pessoais e trabalhistas ainda marcadas por uma história escravista brasileira, e com toda forma de exploração e opressão na relação capital-trabalho.

O problema desta pesquisa, em sua delimitação teórica, consiste na aproximação dos principais determinante que influíram na tardia regulamentação do trabalho doméstico no Brasil. Para o aprofundamento teórico e político deste problema, partiremos da seguinte pergunta: quais são os determinantes centrais da tardia regulamentação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas no Brasil?

A hipótese da qual partimos baseou-se na compreensão de que os determinantes históricos do trabalho doméstico no Brasil incidiram e incidem na configuração deste trabalho na atualidade, visto a composição da categoria majoritariamente feminina e negra, e o valor social

atribuído a esta profissão tanto pela sua composição quanto pelo seu significado histórico atribuído à regimes de colonização.

Identificamos aqui a concretude do debate sobre a centralidade do trabalho, e como o ser humano estabelece relações sociais e econômicas a partir do exercício do trabalho na natureza externa, ao mesmo tempo em que apreende e aprende nesse processo dinâmico circunscrito num dado modo de produção.

O objetivo geral da pesquisa foi aproximar-se da construção histórica do trabalho doméstico no Brasil identificando os principais determinantes da sua tardia regulamentação dos direitos trabalhistas. E os objetivos específicos foram: aprofundar o conhecimento sobre trabalho, tendo este como categoria central na produção e reprodução da vida humana; identificar os principais determinantes históricos que influíram na regulamentação tardia do trabalho doméstico; compreender a formação do mercado de trabalho após a abolição tardia do sistema escravocrata no Brasil; resgatar a formação social e econômica brasileira como pressuposto histórico de compreensão das relações sociais constituídas no contexto de um país de capitalismo dependente, e; aproximar-se da articulação teórica entre classe, raça e gênero na produção e reprodução da vida humana.

Metodologia

A concepção teórico-metodológica que subsidiou a pesquisa funda-se na centralidade do trabalho, sendo este um campo multideterminado, contraditório e histórico. Assim, a perspectiva crítica-dialética, por partir de categorias como totalidade, contradição, mediação e outras que são utilizadas como instrumento para analisar o real-concreto é “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, mas que visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22), realizando-a por movimentos de sucessivas aproximações da sua estrutura e dinâmica, e que portanto, foi a perspectiva analítica da pesquisa.

Ao adotarmos a centralidade do trabalho como norteador da pesquisa, identificamos a relevância histórica e objetiva deste como estrutural na produção e reprodução da vida humana, sendo assim

O ser social – e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da práxis – é um processo, movimento que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações. (NETTO, 2011, p. 31).

Assim, as formas de organização de uma sociedade – a cultura, a arte, a economia, a política, a ideologia, as relações pessoais e etc. – são produtos tanto históricos quanto transitórios do modo de produção de uma sociedade e a forma como o trabalho é produzido e reproduzido socialmente.

No sentido de construir um percurso metodológico que circunscreva o objeto dessa pesquisa, buscamos analisar os aspectos fundantes da trabalho doméstico, sendo sua composição, seu significado e sua função elementos indispensáveis para analisá-lo em sua gênese e identificar como estes incidem na configuração atual deste trabalho. Para isso, utilizamos revisão bibliográfica de livros e artigos que discutem os três principais eixos da pesquisa: 1- centralidade do trabalho e capitalismo; 2- divisão social, sexual e racial do trabalho; 3- determinantes centrais da tardia regulamentação do trabalho doméstico. Em suma, a abordagem crítico dialética somada à revisão bibliográfica e análise de dados secundários (relatórios e notas técnicas que discorriam sobre a configuração atual do trabalho doméstico, composição da categoria por raça e gênero) compuseram os procedimentos metodológicos deste trabalho.

Ademais, o presente trabalho divide-se em três capítulos, além da introdução e das considerações finais: no primeiro capítulo apontamos para a discussão sobre *os aspectos relevantes da formação do mercado de trabalho no Brasil* e o sentido ontológico que o trabalho assume para o ser social; no segundo capítulo apresentamos um debate teórico-conceitual sobre *a divisão sexual do trabalho, divisão racial do trabalho e sociedade de classes*; no terceiro capítulo faremos a *aproximação dos determinantes centrais da tardia regulamentação do trabalho doméstico*, a fim de identificar como estes incidem na configuração atual do trabalho doméstico.

Capítulo I – Trabalho e formação do mercado de trabalho no Brasil

O propósito deste capítulo é trazer contribuições sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, tendo como pressuposto o trabalho como categoria social, pois, a formação econômica e social brasileira é marcada por profundas contradições localizadas na estrutura econômica mundial e nas relações de raça e gênero, o que resulta na dificuldade analítica de partir-se de materialidade dialética dessas estruturas e compreender a sua dinâmica na totalidade social, que ora negligenciam as determinações históricas que a raça e o gênero tiveram e ainda tem, ora negam as teorizações sobre o trabalho como forma de organização das sociedades.

As produções teóricas críticas sobre a história da formação social e econômica brasileira são um arcabouço científico indispensável para conhecermos nosso passado e entendermos nossa situação atual no que tange a configuração do capitalismo no Brasil e como as relações sociais são constituídas nesse modo de produção, nos atendo ao contexto de capitalismo periférico. Não só isso, é partindo do entendimento da nossa formação que é possível identificar as problemáticas que circunscrevem a configuração do mercado de trabalho na atualidade, uma vez que é na relação dinâmica entre complexos sociais – sendo eles de classe, gênero, raça, entre outros – que são produzidas relações que determinam a vida e o ser social, mesmo que na vida cotidiana essas relações ocultem a sua própria essência enquanto fenômeno social.

É no aprofundamento teórico da sua materialidade, da sua configuração histórica e da relação dialética dos complexos que determinam o trabalho doméstico, que é possível compreender as inter-relações que o constituem. Primeiro por quê a sua materialidade é que o que se coloca como real e objetivo na sociedade, formando não só a origem do trabalho doméstico como também aquelas/es que estão inseridos neste contexto. Segundo por quê é na configuração histórica do trabalho doméstico que identifica-se mudanças qualitativas de determinadas possibilidades e condições da sua forma originária, delimitando também a configuração das sua forma atual e também posterior. E terceiro por quê é necessário decompor os complexos que incidem na dinâmica do trabalho doméstico, compreendê-los na sua dinâmica interna e externa, elevá-los enquanto estruturas e retorná-los para o complexo social do fenômeno – ou seja, os nexos entre a estrutura de classes, as relações patriarcais de gênero e a desigualdade racial são indispensáveis para a análise da totalidade que aqui se propõem, formando a partir da diversidade de complexos uma unidade do total.

1.1. Os sentidos e a centralidade do trabalho

O trabalho no seu sentido filosófico e ontológico não se reduz aos preceitos capitalistas que sob a lógica do mercado, o subjugam à lei geral de acumulação e a extrema exploração da classe trabalhadora. Na verdade, o trabalho assume dimensões no ser social e na vida material que são pressupostos básicos do gênero humano, onde a alteração permanente e dinâmica e a interação entre o ser humano e a natureza externa são estágios necessários tanto no processo de criação de valor (valores de uso), como na transformação do ser humano e de sua natureza externa.

Sendo o trabalho o processo de realização do ser, no qual a partir das suas necessidades realiza intercâmbio com a natureza para possibilitar suas satisfações, este é um momento crucial na modificação do ser social. Isso acontece por quê ao interagir com a natureza externa, o ser humano modifica constantemente e conseqüentemente a sua compreensão sobre os processos de modificação e satisfação do mundo ao utilizar de suas capacidades biológicas no exercício da ação, – correr, caçar, comer, pensar – para imprimir materialmente aquilo que viabilize o seu usufruto, além de alterar também a forma como o próprio ser humano se coloca perante as suas necessidades e ações na sociedade, sendo assim

(...) os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2007, p. 32-33).

Ora, o ser humano, ao sentir necessidades – sejam elas biológicas como a fome, a sede, o frio, etc., ou estabelecidas socialmente – projeta previamente em sua mente formas, percursos, estratégias de satisfazê-las a partir daquilo que se apresenta concretamente, sendo esta a natureza externa. A natureza externa passa a constituir para o ser social uma de suas próprias forças, a extensão de si mesmo, cabendo a ele apropriar-se de seus recursos apresentados para materializar a sua utilidade.

O fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia (LUKÁCS, 2013, p. 37).

Esse processo de imprimir utilidade a um dado recurso natural externo não acontece unilateralmente na consciência do ser social, tão pouco de forma artificial encontra-se objetos prontos já filtrado pelo trabalho humano na natureza externa – o ser humano não adquire instantaneamente na natureza um casaco de lã para proteger-se do frio, muito menos encontra uma casa para proteger-se dos fenômenos naturais como a chuva. Na verdade, ao captar as propriedades materiais dos recursos naturais, o ser humano as modifica de acordo com as necessidades que se apresentam, dando forma útil a este elemento natural, objetivando o seu trabalho em determinado produto desse processo para que posteriormente este possa satisfazer suas necessidades, sejam biológicas ou sociais.

A natureza externa, nesse sentido, assume uma significação dupla ao colocar-se como intermédio de realização do trabalho humano ao mesmo tempo em que assume-se também como meio de subsistência física e meio de vida social para o ser humano.

O processo de realização do ser humano é possibilitado por sua capacidade teleológica de antever idealmente em sua mente o resultado daquilo em que ele realiza dispêndio de força física, bem como de resgatar experiências socialmente realizadas que incidem na sua inter-relação com a natureza. Para Marx (2006) o trabalho exclusivamente sob forma humana dá sentido real ao material em que se modifica, já que uma abelha poderia desenvolver atividade similar à de um arquiteto por portar capacidade biológicas para construir sua colmeia e reproduzir-se enquanto espécie, mas o que os diferenciam no processo de trabalho é que o ser humano “figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (p. 212) e subordina a natureza externa às suas forças físicas e subjetivas. Sendo assim, o trabalho configura-se como um processo entre o ser humano e a natureza externa no qual, ao realizar-se intercâmbio nessa relação, ele satisfaz suas necessidades na medida em que altera-se enquanto sujeito social e

Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2006, p. 211).

Assim, na medida em que o trabalho representa a inter-relação entre o ser humano e a natureza externa (matéria-prima, objetos de trabalho, ferramentas, e etc.), representa também a alteração desses dois, pois altera a natureza externa para usufruir o produto da sua ação, e altera também a natureza humana ao assinalar a transição do humano meramente biológico para o

humano que trabalha, que realiza dispêndio de força física, que antevê teleologicamente seus resultados, e que determina a gênese do ser social. Ou seja

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (LUKÁCS, 2013, p. 35).

Essas dimensões, ainda que ontológicas do trabalho, tornam-se reduzidas ao processo de produção de mercadorias no modo de produção capitalista através da alienação do trabalho. Isto ocorre necessariamente através da alienação da força de trabalho do ser, uma vez que a partir da utilização da força de trabalho do próprio ser humano que se possibilita a realização objetiva de suas necessidades, sendo o trabalho seu principal instrumento para essa realização e gênese ontológica de sua mudança como ser coletivo. Todavia, ao trabalhador não pertence o produto de seu trabalho. A economia capitalista vê o ser humano que não detém os seus meios de produção meramente como força de trabalho, não reconhecendo sua natureza humana, suas necessidades ou suas satisfações

(...) a economia nacional [capitalista] considera o proletário, isto é, aquele que vive sem capital e sem renda fundiária, de um trabalho unilateral, abstrato, apenas como trabalhador. Por isso, ela pode formular o princípio de que ele, tal como qualquer cavalo, deve ganhar o necessário para poder trabalhar. Ela não o considera em seu tempo livre, como pessoa, mas transfere essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas de estatística, a política e a mendicância (MARX, 2017, p. 128, grifos nossos).

A redução da existência do trabalhador a uma simples mercadoria, onde o processo produtivo remete-se tão somente ao resultado da mercadoria, e essa por sua vez objetiva-se como alheia ao agente de sua existência, reduz a dimensão transformadora no sentido emancipatório do trabalho, e que sob o véu da remuneração pelo trabalho realizado reiteram o caráter estranhado do produto do trabalho ao trabalhador. Nesse sentido, o processo de trabalho subjugado à economia capitalista assume a forma de trabalho abstrato, ou seja, a capacidade ontológica produtiva torna-se vinculada única e exclusivamente à criação de mercadorias que possam expressar a possibilidade de retirada de mais-valia no mercado.

Eis o duplo sentido do trabalho na visão marxiana: trabalho útil, que produz valor de uso e trabalho abstrato, que atribui valor às mercadorias e valoriza o valor.

Em uma relação subalterna entre a classe trabalhadora e a burguesia, o salário assegura a reprodução material do trabalhador para que esse tenha condições físicas e sociais de ter a sua força de trabalho explorada. O salário nesse sentido, determina a possibilidade de geração de

mais-valia, ao mesmo tempo em que é determinado pelo valor de mercado desta, somada à taxa de lucro dos capitalistas. A sua variação se dá pela quantidade de trabalhadores que tem sua força de trabalho disponível para produção de mercadorias (capital variável), e pelo grau de desenvolvimento técnico e organização social do processo produtivo (capital constante): quando se tem uma massa de trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho, juntamente com postos de trabalho e baixa organização técnica de produção, o salário tende a ser rebaixado; quando a situação é de baixos postos de trabalho, maior concorrência entre os trabalhadores e uma maior organização técnica do trabalho, os salários tendem a serem maiores do que em outros cenários, mesmo que esse salário em nenhum momento signifique o valor real do dispêndio de força física e número de horas exercidas pelo trabalhador. Assim

(...) mesmo quando as condições da sociedade são mais favoráveis aos trabalhadores, a consequência necessária para eles é o trabalho em excesso e a morte prematura, o rebaixamento à condição de máquina, a servidão ao capital que frente a ele acumula-se perigosamente (MARX, 2017, p. 123).

Somado a problemática que envolve o salário no capitalismo, que reduz a dimensão do trabalho apenas ao trabalho remunerado, é reestabelecido através da propriedade privada a subalternização do trabalhador ao capitalista. Compreendemos que a propriedade privada não é um fenômeno que tenha sua gênese no modo de produção capitalista, mas que está localizada nos processos históricos da modernidade na dinâmica do feudalismo como sistema econômico, e que foi determinante para a constituição do modo de produção capitalista.

Assim, a propriedade privada, e mais especificamente a privação dos meios de produção – terra, instrumentos de trabalho e produto do trabalho – são resultados dos processos de expropriação que ocorreram desde o século XV até o momento da chamada acumulação primitiva. O primeiro processo de expropriação aconteceu com a dissolução dos séquitos feudais, expulsão violenta do campesinato da base fundiária e com a usurpação das terras comunais entre o último terço do século XV e as primeiras décadas do século XVI; o segundo momento no século XVI com o roubo dos bens da Igreja Católica, sendo esta uma instituição que garantia aos camponeses empobrecidos parte de seus dízimos arrecadados; o terceiro momento aconteceu com a destruição da classe de camponeses independentes, entre os séculos XVII e XVIII; o quarto momento com o fim do absolutismo monárquico britânico – a chamada Revolução Gloriosa em 1688 e 1699 – e o roubo dos domínios do Estado; e o último momento ocorreu com o chamado *clearing estates* – ou clarear propriedades – quando os lavradores da base fundiária foram expulsos de fato das propriedades, tendo a classe que passara a constituir a burguesia capitalista como agente dessas medidas que visaram retirar do campesinato o único

meio de subsistência que esses dispunham, tanto nesse momento como nos demais processos de expropriação (MARX, 2006, p. 962)

Esses processos de expropriação que ocorreram na acumulação primitiva deram sustentação para a constituição da propriedade privada burguesa, para a criação do proletariado que não dispunham dos meios de produção e necessitava vender a sua força de trabalho “livremente” sob os ditames da sociedade capitalista, de uma *superpopulação relativa*³ para manter a alta taxa de lucro ao mesmo tempo em que se rebaixam os salários, e para reproduzir o ciclo de valorização do capital. Desta forma, o trabalhador cai numa condição de mercadoria pois o modo de produção capitalista só o enxerga como força de trabalho, sendo esta que possibilita a criação de mercadorias e a extração de mais-valor, ou seja

O objeto que o trabalhador produz, o seu produto, coloca-se frente ao trabalho como um ser estranho; como um poder independente frente aos produtores. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou em um objeto, que se tornou objetivo, ele é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho é sua objetivação. Essa realização do trabalho aparece na economia nacional como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação, como despossessão (MARX, 2017, p. 192).

Em suma, o trabalho como modelo da práxis social é reduzido aos preceitos da lei geral de acumulação no modo de produção capitalista através da alienação do trabalho, da propriedade privada e do assalariamento da força de trabalho. Esses mecanismos incidem na consciência do ser social e na sua produção e reprodução social, determinando assim as formas de organização do trabalho e suas configurações no modo de produção. É imperioso analisar as dimensões do trabalho para além da aparência que se apresenta aos olhos no tempo real, identificando assim não só as suas dimensões ontológicas no que diz respeito a transição do humano para constituição do ser social, mas também as leis econômicas e o seu movimento concreto que regem o processo produtivo em dado modo de produção.

Destacamos a importância de resgatar a discussão sobre o trabalho como categoria social pois, os movimentos de complexificação do processo produtivo e a imediatividade da vida cotidiana no capitalismo ocultam o seu real sentido, fazendo com que o trabalho – e sua centralidade cotidiana como trabalho assalariado – seja alienado, uma vez que o produto do processo de trabalho, em que o ser social realiza dispêndio de força física, torna-se alheio e estranhado. Por isso, retomamos as discussões marxistas sobre a categoria trabalho, a fim de

³ A categoria superpopulação relativa utilizada aqui, fundamenta-se na literatura marxiana de uma população trabalhadora excedente, que nas palavras de Marx “(...) é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista” (MARX, 2006, p. 858).

demonstrar que este mantém a sua centralidade em toda a história da vida humana – tanto nas sociedades da idade média como nas modernas – por portar determinações que materializam um salto da humanidade e diferencia o ser humano de qualquer outro animal, estabelecendo uma série de conexões e mediações que referenciam a totalidade social através da produção e reprodução das relações sociais.

Não só por isso, é fulcral no momento atual retomarmos a discussão sobre a centralidade do trabalho, ainda que de forma inicial nesse trabalho pois, a ampliação das bases sociais capitalistas e sua consolidação, o avanço do domínio imperialista sob vários aspectos humanos e a precarização inescrupulosa da vida em diversas esferas – direitos sociais, políticos, liberdades democráticas, entre outros – implicam na própria capacidade individual e coletiva de analisarmos criticamente o cenário mundial e traçarmos estratégias tanto na formulação teórica e científica quanto no campo da disputa política, em forjarmos resistência à esses ataques. Torna-se evidente a armadilha que o sistema capitalista institui, metamorfoseando a realidade e incidindo nas análises teóricas e ações políticas que, na contemporaneidade, afirmam de forma extremamente errônea o fim da centralidade do trabalho pelo desenvolvimento das forças produtivas após o chamado “aperfeiçoamento” técnico-industrial no capitalismo moderno, negando a compreensão do trabalho como fonte criativa e criadora indispensável.

Desta forma, o trabalho apresenta-se como estrutural e central para compreender tanto as formas de organização da sociedade num dado modo de produção, como a história da humanidade enquanto complexo social total e contraditório, permeado por interesses antagônicos de suas classes. É através dele que se produz as relações econômicas e sociais, formas de organização da sociabilidade humana e os valores morais e éticos de uma sociedade. E é partindo desse pressuposto, que traçaremos nossas considerações sobre os sentidos do trabalho e sua centralidade como embasamento teórico para compreender as relações do trabalho doméstico produzidas e reproduzidas na contemporaneidade.

Ao afirmarmos a centralidade que o trabalho assume na totalidade social, não postulamos que este é o único determinante no processo produtivo de objetos e da sociabilidade humana, ou que a totalidade social é composta apenas por esse. Na verdade, é importante assinalar que a totalidade social é composta por complexos relativamente totais que integralmente relacionam-se entre si e dentro de si e que produzem outros complexos de maior abrangência,

dando lugar a novas determinações que referenciam a totalidade social. A totalidade social⁴ é a síntese desses complexos e suas inter-relações dinâmicas, captadas através de sucessivas aproximação metodológicas que partem da aparência para compreender a essência dos fenômenos sociais.

Isto posto, partimos do trabalho como pressuposto de organização da sociedade e de seu modo de produção para compreender a dinâmica das relações no interior do trabalho doméstico, trazendo essa discussão a partir da economia política marxista. Não se trata apenas de analisar o modo de produção capitalista e como este incide na constituição das relações de trabalho na contemporaneidade, mas também de compreendê-lo nos seus diversos aspectos e transformações que o determinam. Ou seja, não se trata de analisar a produção, em sentido restrito, na sociedade burguesa, mas de compreender as relações sociais estabelecidas a partir da interação do homem com a natureza nessa sociedade, em como essa é desenvolvida, suas particularidades e sua configuração.

A compreensão do modo de produção possui relevância extrema pois faz possível analisar como se dá o processo de produção da riqueza social e como essa é distribuída a fim de satisfazer necessidades, sejam essas individuais ou coletivas. E isso remete também às relações sociais constituídas nesse modo de produção: como se dá a organização do trabalho, a consciência das classes, como as necessidades são supridas, qual a configuração do Estado, enfim, a forma como o ser humano constrói percursos para satisfazer suas necessidades, ainda que esses percursos sejam delineados pelas leis do modo de produção, sendo aqui o modo de produção capitalista.

1.2. Capitalismo e sua configuração dependente

O capitalismo, como um modo de produção que organiza a vida social e o processo produtivo, tem sua constituição a partir do esgotamento da forma de organização do trabalho e das forças produtivas do sistema feudalista ainda no século XVIII. Isso não significa necessariamente que as configurações que hoje se manifestam no capitalismo são exclusivas desse modo de produção capitalista, pelo contrário, a historicidade é um elemento determinante para compreender os processos históricos da sociedade em geral, e especificamente, os

⁴ Segundo Lukács (2012, p. 133) todo elemento é também um todo pois este elemento é sempre “um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto”, ainda que tal complexidade não elimine seu caráter de elemento.

elementos substanciais que o capitalismo utilizou para constituir-se e as formas de organização social do trabalho e seu processo produtivo.

Assim, a sociedade feudal baseada ainda no monopólio da produção por corporações fechadas, passa por uma alteração – ainda insuficiente – para atender as demandas dos novos mercados, dando lugar para o sistema de manufatura e à divisão de trabalho em oficinas. Esse sistema fora insuficiente para o aumento expansivo da oferta dos mercados que passavam a se consolidar e às demandas que surgiam, dando lugar para as grandes indústrias modernas após o advento das maquinarias a vapor e a consolidação de milionários dessa indústria, que posteriormente passaram a constituir a burguesia.

Somado a isso, um dos fatores de expansão e consolidação da indústria, que aparece como elementar no surgimento da burguesia, foram os movimentos de inserção em outras regiões do mundo, como por exemplo a chamada “descoberta” da América, as navegações que foram para a África, que possibilitaram uma nova forma de circulação e troca de mercadorias, de formas de transporte através das navegações e das estradas de ferro e de comunicações. Desta forma, para Marx (1998) a burguesia moderna é um produto histórico do desenvolvimento de uma série de rupturas e revoluções que alteraram o modo de produção e de troca das sociedades, uma vez que é inevitável ignorar os progressos realizados com o rompimento das relações feudais de servidão, bem como os avanços obtidos com o aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho no processo produtivo. Ou seja,

Em um certo estágio do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal de agricultura e indústria manufatureira, resumindo, as relações de propriedade feudais tornaram-se não mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Tornaram-se grilhões [...] No seu lugar, entrou a concorrência livre, acompanhada por uma constituição social e política adaptada a ela e sob o controle econômico e político da classe burguesa (MARX e ENGELS, 1998, p. 17-18).

Apesar de considerar esses avanços obtidos após a derrocada do sistema feudal e entender como isso reverberou no processo produtivo com o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, não postulamos aqui que esses avanços tenham sido unicamente positivos, ignorando as contradições que permearam tais processos. Na verdade, mesmo com tais avanços, a estrutura de exploração e dominação entre classes antagônicas e que com interesses frontalmente opostos ainda fora mantido com o advento do capitalismo, mas com novas configurações.

Assim, dos “antigos servos da Idade Média surgiram os primeiros burgueses privilegiados das primeiras cidades”, que em consequência direta “desenvolveram os primeiros elementos da burguesia” (MARX, 1998, p. 10), e as antigas formas de organização do trabalho foram

substituídas pelos pressupostos básicos do sistema capitalista: a privação dos meios de produção, o assalariamento do trabalho e a alienação.

No curso das alterações das relações sociais de produção e reprodução, a burguesia estabeleceu novas condições que incidiram na totalidade social e na forma de organização das sociedades, uma vez que através da expansão do mercado conseguiu inserir-se em localidades no globo terrestre e hegemonizar seus processos produtivos. Consequentemente, conquistou também sua centralidade política, tendo o Estado moderno como principal instrumento de legitimação dessas relações ainda baseadas na exploração da força de trabalho e de autoridade política.

Assim, Marx e Engels (1998) ao analisarem a sociedade burguesa partindo do pressuposto que a cada forma social, corresponde uma forma política, caracterizaram o Estado burguês moderno e seu Poder Executivo como “*um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia*” (p. 13), pois através de suas legislações, relações diplomáticas, leis, sistemas tributários e interesses de classes, estabelece papel central em assegurar a legalidade jurídica burguesa das relações de exploração e dominação.

Desta forma, na medida em que a burguesia desenvolve-se no sentido de aperfeiçoar os instrumentos de trabalho e suas técnicas e expandir os seus mercados com as grandes indústrias, com seu modo de produção capitalista acaba por avançar também na formação do imaginário social e na alienação das relações sociais de produção dos seres humanos, e realiza esse processo se auto caracterizando como externo, etéreo, supostamente imaterial, pois na medida em que desenvolve suas relações de produção e essas passam a ser mais abrangentes na sociedade, faz com que as relações sociais expressem a auto alienação e resultem na reificação dos processos econômicos e sociais de produção, troca e circulação. Para Netto (1981), a alienação é um processo no qual os indivíduos sociais, particulares, não se reconhecem na sua própria atividade criadora, ou seja

A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas (NETTO, 1981, p. 74).

Com a expansão do capital, configurando a sua mundialização, esse processo de alienação atinge esferas da vida humana que as condicionam ao estranhamento e a coisificação, ao mesmo tempo em que amplia e consolida as bases sociais capitalistas. No interior das relações de produção e reprodução, potencializa as contradições entre o trabalho e o capital, entre

proletariados e burgueses, entre opressores e oprimidos, através da exploração da força de trabalho e da acentuação das desigualdades sociais.

Ou seja, o modo de produção capitalista parte das relações sociais de produção – já condicionadas pelas suas leis de exploração e acumulação – para delimitar também as relações sociais produzidas e reproduzidas entre os seres humanos, e essas relações têm como base a forma de organização do trabalho, ou seja, em como o processo de trabalho se configura: produção, troca, consumo e circulação. Para Iamamoto (2015), o regime de produção capitalista é um processo de produção de condições materiais que podem ou não satisfazer necessidades humanas materiais e/ou sociais, que se desenvolve sob relações sociais de um modelo de produção específica. Produz e reproduz condições materiais de existência e relações sociais contraditórias, sendo essa relação indissociável de produção e reprodução eixo essencial para a sua dinâmica e para constituir a totalidade social, regulada pelo trabalho e seu caráter social e pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Aqui, faz-se necessário apontar a caracterização da reprodução social e como essa se materializa, evitando incorrer em equívocos que ora analisam esse fenômeno como um processo passivo da superestrutura que o determina, ora o analisam partindo-se do pressuposto analítico-ontológico da categoria trabalho sem sua determinação histórica e conseqüentemente o seu processo de produção determinado pelas leis gerais do modo de produção (capitalista), e que em ambas descartam as contradições que permeiam as relações social na sociedade capitalista.

O processo de reprodução remete à valorização do capital, para além da produção de uma mercadoria, abrangendo a sua circulação e conseqüentemente a sua valorização enquanto mais-valia; seu consumo individual; e sua conversão em força de trabalho e meios de produção. Ou seja

O processo de *produção de capital* é seu processo de trabalho e de valorização, que tem por resultado uma mercadoria e cujo móvel é a produção de mais-valia. Já o *processo de reprodução* abrange tanto *esse processo direto de produção, quanto a fase de circulação (compra e venda)*, isto é, seu *ciclo periódico*, que se repete sempre de novo e constitui a *rotação do capital*. Considera-se, assim, o *processo global*, em que cada ciclo do capital individual constitui apenas uma fração autonomizada do *capital social* na sua *totalidade* (IAMAMOTO, 2015, p. 64, grifos da autora).

Tendo em vista que a forma de satisfação das necessidades humanas, no modo de produção capitalista, dá-se pelo acesso a bens e mercadorias, e que o seu formato de produção e circulação é baseado nos preceitos da sociedade burguesa, o capital é determinante e determina os valores e a moral da sociedade. Produz e reproduz esses valores no interior do processo produtivo e circulatório, e assume a subsunção real do trabalho ao capital. Sua

hegemonia mundializada alterou a organização do trabalho através da indústria e do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e suas técnicas, com vistas a uma maior capacidade de valorização do capital. Porém, apesar do capital ter atingido a sua mundialização, esse processo não aconteceu de forma homogênea.

Assumindo essas características que conformaram os processos de expansão das bases sociais capitalistas e uma maior divisão do trabalho com a sua complexificação, esses processos aconteceram sob uma variedade de configurações para fora do continente europeu, sendo determinada também pela estrutura global das demais localidades. No que tange o desenvolvimento industrial e a formação do mercado no Brasil, esse país assume uma particularidade, assim como os demais países da América Latina pois, o desenvolvimento das relações capitalistas nesses países ainda mantinha uma estrutura insuficiente em comparação com os países que tiveram na linha de frente da industrialização, como por exemplo a Inglaterra no século XVIII na chamada Primeira Revolução Industrial.

Assim, a América Latina e seu desenvolvimento capitalista apresenta sua particularidade no que tange a formação do capitalismo tardiamente, ao mesmo tempo que foi base necessária para o desenvolvimento extensivo dos países europeus, estabelecendo assim uma estreita relação de dependência com a dinâmica de produção dos países europeus, e mais especificamente num primeiro momento com a Inglaterra.

Para trazer contribuições ao debate sobre a formação do capitalismo na América Latina que é determinante na dinâmica histórica da formação do mercado brasileiro, configurando assim uma relação de interdependência com a Europa e se caracterizando como capitalismo dependente dos países de capitalismo central, utilizaremos as elaborações teóricas de Marini (2005) que discute esse contexto dependente do Brasil.

Para o autor, essa estreita relação entre a América Latina e a Europa fora fundamental para o desenvolvimento do capitalismo internacionalmente, pois foi exatamente pelas riquezas e variedades de matéria-prima latino-americanas (metais preciosos e especiarias) que foi-se possível aumentar o fluxo de mercadorias produzidas no continente, e, expandir os meios de pagamento que permitiram o desenvolvimento na Europa de capital comercial e bancário, e consequentemente a criação da grande indústria. E é exatamente nesse contexto de produção na América Latina para a exportação direcionada aos centros capitalistas que se esboça fervorosamente a divisão internacional do trabalho que determina o formato de produção e circulação de mercadorias mundialmente, ou seja

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo o marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p. 140).

O autor, ainda, aponta duas principais funções que a América Latina cumpriu no desenvolvimento do capitalismo central, sendo elas: 1- sua capacidade em criar uma oferta mundial de alimentos, sendo esta uma condição necessária para sua inserção na economia capitalista internacional, e; 2- sua contribuição em formar um mercado de matérias-primas industriais, um aspecto relevante para o próprio desenvolvimento da indústria.

Assim, a circulação de matérias-primas possibilitada por essa integração entre América Latina e Europa desenvolveu uma mão de obra voltada para a produção industrial no Brasil, constituindo assim uma classe operária industrial e uma população urbana que não só produzia com base na demanda interna, mas essencialmente externa. Isso conformou um processo de superexploração da força de trabalho desse operariado e também um aumento da capacidade produtiva do capital internacional. E é mediante o aumento da intensidade da força de trabalho e/ou a prolongação da jornada de trabalho que se possibilita uma maior exploração da força de trabalho e o aumento da massa de valor produzida.

Ou seja, a configuração do trabalho no Brasil atualmente tem como determinante essas relações estabelecidas durante o processo de expansão do mercado mundial capitalista, no qual o país inseriu-se nesse contexto de dependência dos países de capitalismo central. As trocas realizadas eram portanto desiguais, tendo em vista que o avanço técnico possibilitado pela industrialização aconteceu tardiamente e desigualmente no Brasil, se comparado com a Inglaterra. Aqui podemos identificar que nesse ciclo de produção, o valor produzido nas nações de capitalismo dependente passa a ser realizado com a sua circulação internacional, efetivando-se como mais-valia ao ser transferido para a Europa, mais-valia esta desvalorizada internamente, que para manter a taxa de lucro elevada para esses países de capitalismo central, aumenta-se a taxa de produtividade interna nos países de capitalismo dependente. Sendo assim,

As nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005, p. 153).

Assim, para manter essa taxa elevada de mais-valia nos países de capitalismo central, é transferido para o processo produtivo interno mecanismos de aumentar a intensidade do trabalho e exploração dos trabalhadores. Ao contrário das características produtivas na Europa,

aqui no Brasil não foi colocado em evidência necessária o incremento técnico da capacidade produtiva como um mecanismo de manutenção da taxa de mais-valia, sendo este um elemento de destaque na distinção do processo produtivo mundialmente e de conformação da superexploração.

A superexploração da força de trabalho no Brasil dá-se por três principais mecanismos, sendo eles a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor a sua força de trabalho. Para Marini (2005), a intensificação do trabalho e sua prolongação de jornada configura uma obrigação do trabalhador em dispende de forma elevada sua força de trabalho, ocasionando no esgotamento prematuro das suas condições biológicas e produtivas. Já a expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho assume a retirada da possibilidade de parte do consumo que é indispensável para manter dada “normalidade” da sua força de trabalho. Esses aspectos são essenciais para assegurar apenas e de forma extremamente restrita as condições minimamente necessárias para repor o desgaste da força de trabalho do trabalhador, fazendo com que a remuneração desse trabalho seja abaixo do seu valor de mercado.

Somado a esse elemento estrutural e estruturante da configuração do trabalho no Brasil, temos também a situação colonial e o modelo escravista de produção interna como uma das principais bases da formação sócio-histórica e econômica brasileira. Apesar da situação de dependência e a situação colonial não serem homogêneas, estas estabelecem uma relação simbiótica na integração com o mercado mundial e na constituição do mercado de trabalho brasileiro através da utilização de mão de obra escrava. Tal configuração fora essencial para reduzir ao máximo o custo de mão de obra, e o trabalho se estender para além dos limites fisiológicos dos escravizados, pois

[...] ao se subordinar uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, o aprofundamento da exploração do escravo é acentuado, já que interessa portanto a seu proprietário reduzir os tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador (MARINI, 2005, p. 158).

Desta forma, é importante não só entender o contexto de dependência da produção e distribuição das mercadorias brasileiras e como isso conformou a organização do trabalho no Brasil e o desenvolvimento econômico dos países de capitalismo central, mas analisar também a configuração do trabalho no Brasil durante o modo de produção escravista e como este determina as relações de trabalho brasileiras na atualidade e, sendo assim, as relações econômica, políticas e sociais do trabalho doméstico que necessariamente perpassam o entendimento desses

dois fenômenos que incidiram na formação do mercado de trabalho no Brasil, ainda que de maneira diferenciada.

1.3. Aspectos gerais do trabalho no período escravista brasileiro

A formação do mercado de trabalho no Brasil tem como determinação o contexto de dependência econômica com os países de capitalismo central e as marcas do escravismo colonial. Sendo assim, toda a estrutura de produção de mercadorias e sua circulação tem como preceito essa dependência, que até hoje incide na configuração do trabalho e de seu processo produtivo, bem como as relações capitalistas que se instituíram ainda sob a base da mão-de-obra escrava no escravismo tardio após a proibição do tráfico humano em 1850, com a lei Eusébio de Queiroz.

Para Clovis Moura (1994) o escravismo tardio é o período em que o tráfico internacional humano para a escravização de africanos é extinto, sendo no ano de 1851, e indo até 1888 aproximadamente. O autor faz essa especificação histórica pois afirma que o sistema escravista passou por diversas alterações, por vezes estruturais ou não, durante o seus quase quatro séculos, e que essas alterações tinham incidências tanto internas como externas do País, e por isso foram e são determinantes das relações de trabalho estabelecidas após a sua abolição, em 1888. Já o escravismo pleno foi no período de 1550 a aproximadamente 1850, no qual foi nesse período de 300 anos em que a escravidão se estendeu no Brasil, e todas as suas configurações e características determinaram as estrutura social básica de senhores e escravos.

Identificamos aqui a necessidade de delimitar o escravismo e sua configuração colonial como um modo de produção de bens e mercadorias que foi utilizado no Brasil na perspectiva de desenvolvimento da economia europeia no capitalismo mercantil, que baseava-se na propriedade de outro ser humano, e não apenas da sua força de trabalho, sendo assim uma propriedade viva do senhor de escravos. Esta condição submete também a propriedade objetiva do ser humano e de suas dimensões enquanto ser social, sua subjetividade, sua criatividade, e especialmente a sua produção, sendo esses elementos que definem as particularidades do escravismo colonial, pois

[...] desde que se manifesta como um tipo fundamental e estável de relações de produção, a escravidão dá lugar não a um único, mas a dois modos de produção diferenciados: o escravismo *patriarcal*, caracterizado por uma economia predominantemente natural, e o escravismo *colonial*, que se orienta no sentido da produção de bens comercializáveis (GORENDER, 2016, p. 89, grifos do autor).

O modo de produção escravista colonial desenhou a organização do trabalho no Brasil durante seus 400 anos em vigor, assumindo suas particularidades naquilo que remonta os processos de acumulação das potências que estiveram na linha de frente da colonização, que no primeiro momento seria o Império Português e posteriormente passara a ser do comando imperial Inglês; o padrão de produção estabelecido nesse momento, sendo uma produção agrária e de exportação para as nações consumidoras localizadas principalmente no continente Europeu; e também com as incidências do progresso técnico-científico desses países com os processos de modernização assim estabelecidos e deslocados para as colônias que estavam sob domínio dos países de capitalismo central, assim

O modo de produção que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver *com e para* o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar o seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro e se completavam (MOURA, 1994, p. 38, grifos do autor).

Dentro desses moldes, a mão-de-obra escrava era constituída por africanos que eram traficados para o Brasil e que conformou a divisão do trabalho através da classe e da raça dos indivíduos desse processo produtivo, uma vez que era relegado a estes a perpetuidade de sua condição escrava. Assim, a mão-de-obra escrava tornou-se um fator inalienável para todos os setores econômicos da sociedade brasileira, e o principal instrumento utilizado para assegurar essa mão-de-obra teria sido o tráfico de pessoas africanas principalmente para as áreas rurais do país, assegurando-lhes assim a residência no local de trabalho e uma economia de subsistência, ou seja

As relações escravistas de produção eram as fundamentais e as que determinavam internamente a sua dinâmica. E essa economia, por outro lado, que já foi chamada de uma “vasta empresa comercial” somente poderia desenvolver-se e vender a sua produção substantiva se fosse compradora de uma mercadoria indispensável: o escravo (MOURA, 1994, p. 38).

O Império Português e todos os seus mecanismos de dominação administrativa, judiciária e econômica, enrijeceu as estruturas sociais e a base produtiva brasileira, sendo este o período onde se teve um aumento significativo da quantidade de pessoas escravizadas, inicialmente indígenas e posteriormente africanas, ao mesmo tempo em que centralizava politicamente as decisões de legitimar a propriedade de terra e de escravos para a classe senhorial que concentrava ambos.

É imperioso destacar que nesses movimentos de sequestro de africanos para sua escravização e o trabalho forçado indígena que aconteceram no País não fora aceitado unilateralmente pela própria condição escrava desses indivíduos, mas permeado durante toda a história brasileira por revoltas constantes e violentas, a fim de romper com as torturas inerentes no próprio exercer do trabalho forçado e à exploração generalizada do ser humano. Esse trabalho assumia na vida do escravo uma característica tão penosa e degradante, que segundo Moura (1994) a expectativa de vida útil dessas pessoas em situação de escravização era entre 7 a 10 anos aproximadamente, sendo a sua revolta e organização enquanto classe superexplorada um dos elementos determinantes também para o fim deste modo de produção, tendo em vista que as revoltas, formação de quilombos, insurreições urbanas e guerrilhas passaram a se generalizar em determinado momento do sistema escravista brasileiro.

Desta forma, a dinâmica social brasileira na época do escravismo pleno dava-se quase totalmente pelas relações de produção escravista, que segundo o autor, em alguns Estados brasileiros (Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais) haveria mais escravos do que homens livres. Isso determinou também a generalização das lutas sociais entre escravos e senhores

Como reflexo imanente dessa realidade, as lutas entre senhores e escravos são um fato *normal*, e se manifestam numa sequência de módulos de resistência ao cativeiro que vão da intermitência nacional da quilombagem, às fugas, suicídios, crimes individuais contra os senhores, feitores e prepostos, guerrilhas, assaltos nas estradas e engenhos [...] (MOURA, 1994, p. 48-49, grifos do autor).

Em decorrência tanto das resistências travadas nos quilombos pelos negros escravizados que tornavam-se cada vez maiores e generalizadas e colocavam em risco toda a estrutura repressora e um suposto equilíbrio social, como também de dada necessidade no mercado mundial e da economia nacional de dinamizar a produção e aumentar o seu lucro, diversificando as mercadorias produzidas aqui e a sua comercialização, fora utilizado pelas Nações de capitalismo central o processo de modernização dos mecanismos e instrumentos de trabalho, significando uma injeção de progresso tecnológico e científico que alterava as relações de produção, mas não a estrutura que as determinavam, sendo ainda sob base do trabalho escravo. Esse processo tem uma marca muito evidente da formação da Inglaterra enquanto Império mundial, que interferiu na modernização e urbanização de variados países coloniais.

No final do século XIX, onde o avanço tecnológico e científico estava a todo vapor nos países europeus e nos Estados Unidos, a necessidade de expansão de capital remonta à processos de colonização de outros continentes, tendo a Inglaterra como precursor desse

movimento. Esses avanços tecnológicos desembocaram no processo de modernização que aconteceu no Brasil, conformando dado progresso econômico, tecnológico e até mesmo cultural. Mas é importante assinalar que a modernização que ocorreu com determinados progressos na área econômica, tecnológica e cultural, alterou também as relações entre os seres humanos e o seu processo produtivo e reprodutivo, que baseava-se ainda na mão-de-obra escrava, que para Moura significa que “de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou” ao mesmo tempo em que “as relações entre homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a uma estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou” (MOURA, 1994, p. 52).

Em face dessa modernização, o desenvolvimento econômico brasileiro possui particularidades no que tange a aplicação de recursos tecnológicos e científicos por parte da Inglaterra, que dinamizou e dominou diversas áreas da produção econômica do País, ao mesmo tempo em que impossibilitou o desenvolvimento de uma burguesia local, fazendo com que a dependência econômica do Brasil se estendesse em maior amplitude. Desta forma, fica evidente a contradição entre o processo de modernização e a manutenção da mão-de-obra escrava, uma vez que se altera os mecanismos de trabalho ainda mantendo as formas de organização do trabalho sob a base da mão-de-obra escrava.

Sobre essa modernização, Moura (1994) nos traz um apanhado histórico sobre as áreas estratégias de injeção do progresso tecnológico, e uma das áreas de importância que passou por essa modernização e alterou significativamente a organização do trabalho e também a estratégia política estatal de manutenção do equilíbrio social foi a área da comunicação. Com a instalação do telégrafo que possibilitou a comunicação à grandes distâncias, dinamizou-se a comunicação no sentido de troca de informações tanto comerciais como também de controle do contrabando de escravos após o decreto da lei Eusébio de Queiroz, pois foi viabilizado a comunicação rápida com o litoral para que pudesse ser impedido o desembarque de negros sequestrados na África, e por outro lado possibilitou também a perseguição e prisão de escravizados que faziam resistência ao regime de escravidão.

Assim como a chamada modernização da comunicação serviu de instrumento para a manutenção dos interesses da classe senhorial, o desenvolvimento e modernização na área de transportes também foi, uma vez que no que se refere apenas as navegações que levavam mercadorias para o litoral e para os portos, mas também aqueles que transportavam escravos para o Brasil vindos da África, no qual através do aperfeiçoamento maquinário e o uso do vapor, otimizaram os espaços dos navios para que coubessem mais escravos – e conseqüentemente a

piora das condições no próprio espaço e a morte destes – e assim modernizando as técnicas de tráfico. E por fim, o desenvolvimento das ferrovias que foram usadas não apenas para a circulação das mercadorias produzidas dentro do País, como também para possibilitar o transporte das tropas que eram avisadas das revoltas que aconteciam nos quilombos e os capturarem. Desse modo, esse desenvolvimento constitui-se como

[...] processo de modernização que estabelecia toda uma constelação de valores na interação dos diversos grupos e classes, toda ela, mesmo modernizada, subordinada, no fundamental, aos interesses do capitalismo internacional (inglês), da classe senhorial dona de escravos e grandes parcelas das chamadas camadas livres desse modo de produção. Os escravos, como podemos ver, estavam totalmente privados dos seus benefícios e direitos de cidadania (MOURA, 1994, p. 63).

A fase do escravismo tardio alterou substancialmente as relações escravistas estabelecidas no país, tanto no que tange o processo produtivo e a circulação de mercadorias, como também naquilo que determina a organização do trabalho e das pessoas escravizadas nesse período. Para o referido autor (1994), esse período foi marcado pela dinamização de uma nova economia a partir da diversificação das relações de produção escravistas em áreas estratégicas, com uma grande parcela de trabalhadores imigrantes e por isso livres em determinadas regiões; também se pode perceber a subordinação econômica inserida já numa dinâmica de dependência com o capitalismo monopolista inglês nas áreas industriais, de transportes e portos, na comunicação e em outras áreas estratégicas; a modernização e conseqüentemente a urbanização sem alterações estruturais nas relações de produção; a institucionalização do trabalho escravo e livre em empresas em São Paulo; a substituição de uma legislação repressora por uma protetora, diferente do período de escravismo pleno; e no tocante das lutas e rebeliões de escravos, essa passara a incorporar a característica de aliança com outros segmentos sociais de insurgência radical e violenta, no qual a hegemonia dessas lutas passa a ser ocupada pelo movimento abolicionista, ainda que a classe senhorial tenha instituído o tráfico interprovincial, que desarticulou boa parte dos insurgentes abolicionistas. Ainda assim,

Uma coisa, porém, não se altera: o escravo continua como propriedade, como coisa, ou, para usarmos um conceito econômico, ele continua sendo capital fixo. [...] Na sua essência, portanto, a situação fundamental do escravo permanece a mesma, com modificações apenas periféricas e secundárias nas táticas controladoras da sua rebeldia e racionalizadoras do seu trabalho (MOURA, 1994, p. 83).

Em paralelo com essa dinâmica interna que possui incidentes externos, acontece também a expansão do capital monopolista inglês, no qual define exigências básicas para o Brasil

inserir-se nessa relação tanto comercial como do modo de produção. A exportação de mercadorias já não era suficiente para a sua acumulação, estendendo-se para a necessidade de acumulação de capital, e é tendo esse cenário como pano de fundo que desenvolve-se as premissas básicas da abolição do sistema escravista. Ainda que cogitava-se a abolição do sistema escravista por parte do império inglês e da classe senhorial brasileira, é inegável que esse processo aconteceria também com a manutenção dos privilégios dos mesmos, pois é característica máxima da formação social e econômica brasileira as alterações das relações de produção e reprodução sustentadas na manutenção de ganhos e privilégios das classes dominantes, podendo-se perceber isto ainda na atualidade. Sobre o processo de abolição do escravismo brasileiro, é possível que

[...] a grande duração do escravismo brasileiro levou-o a encontrar-se com aquelas forças exógenas de dominação que não tinham mais interesse em exportar mercadorias, mas, capitais. Nesse processo, longo e permanente de dominação, preparam-se as premissas para a abolição se processar de tal forma que tanto essas forças externas como os antigos membros da classe senhorial encontrem no trabalho livre a continuidade e manutenção dos seus privilégios existentes durante o escravismo. Essa conclusão que teve uma longa história foi determinada por um processo contínuo de dominação que foi confundido como sendo *progresso* e *modernização* (MOURA, 1994, p. 84, grifos do autor).

Assim, o modo de produção escravista ia se definindo na medida em que o mercado mundial exigia uma mão-de-obra assalariada e consumidora para sua valorização no processo de circulação de mercadorias, sendo este o regime de trabalho dominante mundialmente. Mas essa passagem assumiu necessariamente o pressuposto de manutenção dos interesses da elite nacional e inglesa, bem como as preocupações sobre produção e mão-de-obra – sendo priorizada no processo de modernização a mão-de-obra imigrantes e em consequência a marginalização da população negra que tivera sua força de trabalho preterida – e da posse das terras e consolidação dos latifúndios, garantindo assim que as modificações que acontecessem na passagem do trabalho escravo para o “livre” não alterassem estruturalmente a composição social dos grupos dominantes.

Diferente do primeiro período do escravismo no Brasil, onde as revoltas aconteciam quase que generalizadas por parte dos escravos, quase no fim desse período tardio o movimento abolicionista assumiu uma característica passiva, que segundo Moura (1994) deu-se em decorrência tanto de uma compreensão insuficiente do que representava a passagem para o trabalho livre e sua função social como também das alterações ideológicas e dos valores éticos que complexificaram as relações de produção e reprodução social. Assim, o trabalho livre não

só representava a alteração do modo de produção e da divisão do trabalho, mas também os valores éticos e ideológicos, permeados pelo pensamento liberal⁵ da classe senhorial e também dos escravos, que circunscreveu o processo de abolição da escravidão no Brasil. Dessa forma

[...] o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absolvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação (MOURA, 1994, p. 103).

Em síntese, o processo de abolição da mão-de-obra escrava é inegável assim como a estratégia de manutenção dos privilégios dos grupos dominantes e consequentemente a função social e lugar que a população negra ocupa não só nesse período como em tempos recentes. Esse processo desenhou a condição do negro na formação do mercado de trabalho no Brasil e sua posição subalterna, preterida e superexplorada, bem como o valor social de determinadas funções desenvolvidas pelos negros escravizados e que no marco do trabalho livre assumiram particularidades na sua composição, como é o caso do trabalho doméstico que no escravismo era desenvolvido por escravos domésticos nas cidades e casas grandes sendo mulheres em sua maioria, e hoje permanecendo nessa mesma configuração.

1.4. A população negra e a formação do mercado de trabalho no Brasil

Para compreender o lugar social em que o trabalho doméstico está inserido hoje, faz-se necessário recorrer ao processo histórico de formação econômica e social e a forma como se estruturou o trabalho assalariado no Brasil. Assim, é importante partir da afirmativa de que a Abolição do sistema escravista no Brasil aconteceu com grande atraso – sendo o último país ocidental a abolir a escravidão – em comparação com os demais países não só de capitalismo central, como também no contexto de dependência, e que esta conformou uma alteração significativa no que tange o modo de produção hegemônico do país, desta forma

⁵ A ideologia liberal materializa-se como um constructo teórico-político e social que tem suas bases na conformação do Estado capitalista e supostamente nos valores da “liberdade, igualdade e fraternidade” – valores esses que impulsionaram processos revolucionários, a exemplo da Revolução Francesa – que possuem na sua gênese um *status* apenas jurídico, por sua natureza burguesa, e não apreendem as contradições que permeiam a classe trabalhadora. Essa concepção localiza-se apenas no campo formal, não evidenciando as desigualdades acometidas por uma sociedade necessariamente desigual, entre aqueles que configuram o *status quo* e aqueles que não ocupam essa posição. Porém, o liberalismo clássico não apreende tais determinações socioculturais por partir de uma perspectiva universal-abstrata da história como um processo linear, unilateral e natural da humanidade.

No caso do escravo, resultante da coação *extraeconômica*, que dá à sujeição caráter *pessoal*. No do operário assalariado livre, resultante da *coação econômica*, que dá à sujeição caráter *impessoal*. Por mais que pareça efeito de convenção contratual livremente consentida, o trabalho assalariado produtor de mais-valia continua sendo na essência trabalho forçado (GORENDER, 2016, p. 116, grifos do autor).

Do ponto de vista econômico, a abolição do sistema escravista deu-se tanto pela necessidade do capital de desenvolver a indústria para criação de uma classe assalariada consumidora e com isso aumentar sua capacidade de acumulação e formação de hegemonia mundial, como para a apropriação da mais-valia gerada no processo de produção, além da necessária consolidação de um exército industrial de reserva. Do ponto de vista político, o modo de organização do trabalho escravo – esta é, dominação tanto objetiva como subjetiva que “coisificava” e desumanizava os negros⁶ – mostrava-se insustentável diante da organização política nos quilombos, de negros escravizados, que travavam combate a uma forma de trabalho que estes mesmos davam sustentação, e por isso lutavam por uma outra organização social do trabalho. Sobre essa forma de organização política, Moura (1992) o designa como quilombagem e nos explica

Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (p. 22).

Para Jacino (2008) com a abolição do trabalho escravo e a instituição do trabalho livre, assalariado, determina-se o avanço das relações capitalistas para sua valorização, e sendo este um dos fatores determinantes para a abolição do sistema escravista brasileiro, e assim

A estrutura econômica baseada no trabalho escravo revela-se um obstáculo ao desenvolvimento do novo modelo; obrigava a imobilização do capital ao comprar o Homem e não a sua força de trabalho e não permitia a criação de mercado, pois o escravo não era consumidor (p. 44).

Assim, com a instituição do trabalho assalariado no Brasil, a população negra até anteriormente escravizada não fora inserida nessa dinâmica sob o argumento da “não qualificação de mão-de-obra” por parte da classe dominante nacional e internacional. Porém, é

⁶ Clovis Moura (1992) discorre sobre a condição de escravo do negro durante o período colonial, afirmando que este vivia como um animal, sendo tratado como “propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como porco ou cavalo”.

evidente que tal argumento é legitimado através do racismo de grupos que deliberavam e interferiam na tomada de decisão a partir de uma estrutura de poder, fazendo com que a estratégia tanto para a consolidação do mercado de trabalho assalariado quanto para a formação do exército industrial de reserva, fosse a utilização da mão-de-obra imigrante europeia. A mão-de-obra negra, após a extinção do tráfico de escravos advindos da África em 1850, inicia a chamada “crise do sistema escravista” (Moura, 1922), no qual o escravo deixa de ser uma mercadoria barata e facilmente substituível e passa a ser a mão-de-obra que deveria ser protegida, pois a sua não utilização poderia onerar o custo da produção.

Nesse sentido de exclusão da mão-de-obra dos negros na formação do mercado de trabalho brasileiro e o argumento da incapacidade técnico-produtiva dos mesmos, o Estado Brasileiro e seu processo de modernização institucionalizou e seguiu algumas das elaborações científicas que legitimavam esse discurso, dois em principal que tinham como base a o evolucionismo e o chamado darwinismo social trazido da Europa para o Brasil. Para Jacino (2008) a questão do negro brasileiro e a miscigenação passou a ser objeto de estudos institucionalizados no país por volta de 1838 com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, tendo em sua composição orgânica a elite econômico-financeira e intelectual que viam no negro o impedimento da civilização no país. Com esse modelo evolucionista social, pode-se estabelecer o entendimento da mestiçagem como um mecanismo de sair das determinações sociais e biológicas dos negros e também dos indígenas, ou seja, seria uma escapatória para “a barbaridade indígena e a inépcia do negro” (p. 34). Não somente esse entendimento, por acreditar na evolução e progresso como características inevitáveis da história, o darwinismo social incidiu nas áreas da saúde com o argumento do negro como raça inferior que impossibilitara o progresso social, e consequentemente a imagem do branco e europeu como sinônimo de progresso social e da modernidade. Sendo assim

Foi em busca da modernidade, levando em conta as especificidades das raças que se debatia a miscigenação. Alguns advogavam que seria ela fator de degradação moral, loucura, e esterilidade, outros, que dela surgiria uma raça ideal para trabalhar nos “tórridos trópicos. Tentando “modernizar” o País decidiu-se importar europeus para substituir o ex-escravo, inadaptado ao trabalho livre, segundo as concepções vigentes (JACINO, 2008, p. 42).

Desta forma, ao invés de adotar-se a mão-de-obra negra assalariada no mercado que se constituiu após a abolição do escravismo brasileiro, optou-se pela mão-de-obra imigrante, fazendo com que essa população em grande parcela europeia ocupasse os postos de trabalho a partir da justificativa de que estes portavam qualidades inatas que os negros não possuíam, como por exemplo a saúde física e mental e a sua disciplina, e em detrimento disso foi-se

marginalizada a grande massa de negros que anteriormente estavam inseridos na dinâmica da mão-de-obra escrava. Todo esse processo tem como pano de fundo a modernização que o país deveria adotar para obter progresso social, e desta forma

Entendiam como modernidade, no entanto, não apenas a eliminação do trabalho escravo, mas também a eliminação daquele que, mesmo livre, denunciava a existência recente da escravidão: o negro. O discurso racista, de desqualificação do trabalhador nacional e supervalorização do estrangeiro, sinônimo de moderno, civilizado, puro, científico, era tão forte que teria sido incorporado até mesmo por lideranças abolicionistas negras que, por sua vez, cumpriam o papel de propagarem o integracionismo e promoverem o controle dos conflitos sociais (JACINO, 2008, p. 36-37).

A estratégia de utilização da mão-de-obra imigrante foi determinante para a consolidação da formação econômica e social racista⁷, que naquele momento não só subalternizou e marginalizou negros ao preterir a força-de-trabalho destes, como também determinou o valor social de atividades exercidas até então por negros, como inferiores e/ou piores às demais atividades de trabalho. Isso serviu como base para formulações tanto de regulamentação de áreas específicas do trabalho como também na proteção social brasileira, que de certa forma pode assumir-se como instrumento que aprofunda desigualdades que são estruturais. Nesse movimento de utilizar a força-de-trabalho de imigrantes para fins de embranquecimento da população brasileira e preterimento da força-de-trabalho dos negros, o mercado de trabalho assalariado no Brasil estruturou-se, e com ele o desenvolvimento industrial dependente do capital estrangeiro, como bem demonstra Clovis Moura (1992)

O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje (p. 62).

A configuração do mercado de trabalho brasileiro tem como determinação esse processo de exclusão da mão-de-obra negra nos postos de trabalho. Isso gerou também uma superexploração da força de trabalho do negro, que passara a desempenhar atividades em certa medida mais manuais e que exigiam um dispêndio de força física maior com uma baixa remuneração. Assim, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre alterou substancialmente o processo produtivo, mas ao mesmo tempo manteve algumas características

⁷ O racismo, como fenômeno social, institui-se com base no preconceito e discriminação negativa a partir da diferenciação de raças/etnia. No contexto brasileiro, segundo Fernandes (2017, p. 70-71) o racismo historicamente estabeleceu-se como mecanismo que reduz a “potencialidade do ser humano negro dentro da sociedade”, definindo assim, também, sua “condição social e histórica de exclusão”.

de acordo com os interesses dos grupos dominantes, sendo uma delas o trabalho penoso para a população negra agora trabalhador assalariado.

Segundo Jacino (2008) a expulsão de negros e mestiços dos centros urbanos aconteceu dialeticamente pois, as elites dominantes não puderam abandonar em sua totalidade a mão-de-obra negra, pois era esta que acabavam por ocupar aqueles espaços de trabalho pouco valorizados socialmente, mas imprescindíveis para a sustentação do modo de produção capitalista. Esses espaços de trabalho foi garantido pela disputa acirrada dos chamados “nacionais livres” para a garantia de sobrevivência nas extremidades locais e exercendo um trabalho semilegal ou legal, mal remunerado, mas que contribuía para a manutenção da ordem capitalista. Mais do que isso, estes cumpriam também um papel de exército industrial de reserva, para que se pudesse rebaixar o salário dos imigrantes, sendo estes o tipo de trabalhador ideal, e nesse sentido

O movimento de substituição do trabalhador nacional pelo estrangeiro vinha acompanhado da opção pela substituição do “povo” brasileiro por outro que aos olhos da classe dominante era “morigerado, disciplinado, “civilizado”, moral e culturalmente superior. A “ideologia do branqueamento”, portanto, veio acompanhada da expulsão não apenas do trabalho, como também de espaços urbanos que deveriam ser “higienizados” em busca da modernidade, tanto nas relações de trabalho como nas ocupações daqueles espaços que precisariam das lugar a uma urbanização e arquitetura que correspondesse à ideia de nação que essas elites queriam construir (JACINO, 2008, p. 120).

Desta forma, a base social brasileira pós-abolição tem sua composição necessariamente nessa formação do mercado de trabalho extremamente excludente, onde um lado tem assegurado sua cidadania e seu trabalho assalariado, e conseqüentemente sua propriedade privada, de outro lado tem-se como pressuposto o seu preterimento, marginalização e desvalorização enquanto ser humano e também como trabalhador. Isso demarca de forma incisiva a inserção dos negros em atividades que tem seu valor social reduzido em comparação com as demais, tendo o trabalho doméstico um exemplo representativo dessa configuração histórica que determina atualmente a composição dessa atividade no sistema capitalista.

Capítulo II – As multideterminações do trabalho doméstico.

O trabalho doméstico é a atividade que na atualidade mantém grande proximidade social no que tange as relações patrimonialistas do Brasil-colônia, e é também uma profissão que dentro de todos os avanços obtidos com vistas a proteção do trabalho recentemente, foi regulamentado tardiamente, o que demonstra a sua extrema marginalização mesmo diante da dimensão que essa atividade assumiu na formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil e sua composição quase que total de mulheres.

Na formação econômica e social brasileira, a mão-de-obra feminina foi sendo absorvida a partir da especialização desta, ainda que tal absorção se desse de forma secundária no processo produtivo direto. Todavia, o trabalho doméstico ainda era desenvolvido por aquelas que além de não possuírem mão-de-obra qualificada, eram também submetidas a realização de duplas jornadas de trabalho, isso sendo essencial para assegurar a maior participação masculina no circuito de produção capitalista. Assim, o desenvolvimento do trabalho doméstico no âmbito privado produz valor de uso (na perspectiva marxiana) no qual a família que usufrui daquele serviço sobrevive diariamente. Desse modo, participa do processo produtivo indiretamente, mas não teve esse reconhecimento expresso em direitos trabalhistas, por muitos anos.

Essa configuração do trabalho doméstico brasileiro possui determinações do processo de consolidação do capitalismo e da formação do mercado de trabalho, somadas as estruturas que regem o processo produtivo nacional e internacional e também na configuração do trabalho no seu sentido ontológico e suas reverberações no valor social de determinadas atividades, bem como a composição dessas atividades e como estas se materializam no cotidiano. Desta forma

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela [*a mulher*] contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66, *comentários nossos*).

Não só isso, a estrutura de classe, raça e gênero produzem entre si, dialeticamente, relações desiguais no que tange esse traço estruturante no exercício do trabalho, delimitando também o valor social e o prestígio dessa profissão. Tendo isso firmado, é fulcral entender o trabalho doméstico como um produto social histórico, que possui suas determinações na dinâmica da sociedade.

Para além disso, a dinâmica do trabalho doméstico na sociedade capitalista é permeado por categorias teóricas que informam o seu carácter dentro do processo produtivo e determinam a sua configuração nas relações sociais de produção e reprodução. A divisão sexual do trabalho, como uma das categorias fundantes na conformação do trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo como esfera de manutenção da força de trabalho e do circuito produtivo serão umas dessas categorias que serão discutidas para evidenciar o carácter histórico do trabalho doméstico e compreender como estas categorias, materialmente, determinam a sua configuração atual. Além dessas categorias que materializam-se na organização do trabalho no modo de produção capitalista, é importante analisar as estruturas de gênero, raça e classe de maneira dialética, a partir da totalidade como perspectiva teórica-metodológica, para compreender a sua dinâmica.

A forma como o trabalho doméstico se expressa hoje é o resultado das contradições históricas inseridas no modo de produção que o rege. Ora, o trabalho desenvolvido no âmbito doméstico nas sociedades pré-capitalistas assumia-se totalmente diferente de como esse trabalho se expressa na contemporaneidade, inserido no modo de produção capitalista, assim

[...] o trabalho doméstico feminino nem sempre foi o que é hoje, uma vez que, como todos os fenômenos sociais, as tarefas domésticas são um produto dinâmico da história humana. Da mesma forma que sistemas econômicos surgem e desaparecem, o escopo e a qualidade das tarefas domésticas passaram por transformações radicais (DAVIS, 2016, p. 226-227).

A título de delimitação categorial, será utilizado a perspectiva do trabalho doméstico como trabalho improdutivo, tendo em vista que dentro da economia política crítica, o carácter produtivo do trabalho localiza-se na produção de mais-valia como resultado do processo produtivo capitalista, conforme Marx

[...] podemos designar de trabalho produtivo o que se troca diretamente por dinheiro na qualidade de capital ou, apenas abreviando, o que diretamente se troca por capital, isto é, por dinheiro que em si é capital, tem a destinação de funcionar como capital, ou que, na qualidade de capital, enfrenta a força de trabalho. Na expressão trabalho que se troca diretamente por capital está implícito que o trabalho se troca por dinheiro como capital e efetivamente se converte em capital. [...] Trabalho produtivo é, portanto o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital (MARX, 1863, p. 5).

A categorização do trabalho doméstico como trabalho improdutivo não significa uma desqualificação deste trabalho e sua relevância histórica no marco do modo de produção capitalista, mas sim uma determinada área da totalidade social que não se localiza na esfera de

produção de mais-valia, mas que é indispensável, ainda que indiretamente para a sustentação do circuito de produção, acumulação e de valorização do capital, participando assim do processo de reprodução ampliada do capital, tendo em vista que este modo de produção necessita objetivamente de pessoas para a compra e venda da força de trabalho, e tal venda da força de trabalho no mercado capitalista é possibilitada por atividades desenvolvidas no âmbito doméstico de subsistência e manutenção da vida humana. Sendo assim,

A trabalhadora doméstica produz mercadorias e serviços que serão consumidos pelos patrões, como por exemplo, a limpeza da casa, a comida, a lavagem de roupa, o cuidado com as crianças. Esses produtos e serviços não serão comercializados, portanto, não serão mercadorias e não contribuirão para a valorização do capital. Mas ele é em si um valor-de-uso, porque satisfaz a necessidade do comprador dessa força-de-trabalho. Elas não geram mais-valor, mas sua força-de-trabalho é uma mercadoria considerada e o seu trabalho, produtos ou serviços que realiza são valores-de-uso consumidos como tal pela família para a qual ela vende sua força-de-trabalho. A trabalhadora doméstica, mesmo não estando inserida em atividades capitalistas que geram mais-valor, participa do processo de reprodução ampliada do capital, na esfera da reprodução. Nesse sentido, a trabalhadora doméstica é trabalhadora improdutiva (PEIXOTO, 2017, p. 70).

Tais atividades são socialmente relegadas às mulheres historicamente como forma de alicerçar os mecanismo de exploração do modo de produção capitalista e de manter determinado grupo (sendo este as mulheres) atuando em atividades de menor valor social por não estarem inseridos no processo de produção de mais-valia. Desta forma

[...] a exploração da empregada doméstica é mediada pela exploração típica do modo de produção capitalista. Apesar de sua exploração não se enraizar na produção de mais-valia, como é o caso dos trabalhadores produtivos do setor capitalista da economia, ela serve ao capitalismo e se integra a este na medida em que cria as condições para a sua reprodução (SAFFIOTI, 2013, p. 23).

Contudo, não será tratada da discussão teórica de forma aprofundada aqui, pois, o objetivo deste capítulo é trazer um resgate histórico da construção do trabalho doméstico a partir de balizadores sociais determinantes como a estrutura racial, a divisão sexual e social do trabalho e a formação sócio-histórica escravista no Brasil, além da luta das trabalhadoras domésticas na conquista de direitos sociais e consequentemente dada ampliação da cidadania. Desta forma, para compreender os determinantes que incidiram na tardia regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, nos atentaremos também a percorrer no entendimento histórico deste trabalho, as suas principais características que o determinam e o valor social que lhe é atribuído a partir da sua composição objetiva de classe, raça e gênero, pois

[...] apesar de seu caráter atemporal e universal, o serviço doméstico não pode ser examinado fora de contextos históricos específicos, ou sem se considerar os discursos que lhe conferem distintos sentidos e valores, segundo as ideologias que informam tais discursos (RONCADOR, 2008, p. 22).

A forma como o trabalho doméstico se expressa hoje é o resultado das contradições históricas inseridas no modo de produção que o regia. Ora, o trabalho desenvolvido no âmbito doméstico nas sociedades pré-capitalistas assumia-se totalmente diferente de como esse trabalho se expressa na contemporaneidade, inserido no modo de produção capitalista, assim

[...] o trabalho doméstico feminino nem sempre foi o que é hoje, uma vez que, como todos os fenômenos sociais, as tarefas domésticas são um produto dinâmico da história humana. Da mesma forma que sistemas econômicos surgem e desaparecem, o escopo e a qualidade das tarefas domésticas passaram por transformações radicais (DAVIS, 2016, p. 226-227).

Sendo o trabalho doméstico uma atividade desenvolvida historicamente por mulheres, tal aspecto permite analisar tanto as multideterminações que conformam esse trabalho no seu tempo histórico como também as estruturas que circunscrevem as relações sociais que findam o trabalho doméstico. Com isso, o patriarcado como sistema de dominação, a divisão sexual e racial do trabalho como formas de organização desiguais na sociedade e a divisão de classe como condição do modo de produção capitalista serão analisados a fim de compreendê-las nas suas particularidades teórica-históricas e identificar suas incidências na conformação do trabalho doméstico.

2.1. As estruturas sociais que circunscrevem o trabalho doméstico

2.1.1. *Sistema patriarcal*

A formação socioeconômica, política e ideológica que engloba as relações sociais de produção e reprodução e incide na configuração diferenciada das relações sociais entre homens e mulheres, tem como pressuposto histórico – somados a outros aspectos no modo de produção capitalista – a sistemática conformação de dominação do homem sobre a mulher, e consequentemente a subalternização da mulher dentro de uma relação de poder. Essa lógica é o pilar da consolidação do **sistema patriarcal**, no qual não se reduz apenas na relação desigual entre homens e mulheres, mas sim na representação social feminina (e sua exploração, desvalorização e subalternização) e masculina (e sua representação de dominação e poder) enquanto construções sociais materializadas na vida cotidiana, sendo assim

[...] ainda que o exercício do modelo patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (CISNE e SANTOS, 2018, p. 44).

O patriarcado, por meio da imposição de relações de poder e hierarquia instituídas através das relações sociais de sexo, apropria-se da dimensão tanto subjetiva enquanto construção social do sexo e das formas de manifestá-lo, como objetiva sendo a configuração dos processos de produção e reprodução social a partir da diferenciação desses processos atribuídas ao sexo. Segundo Cisne e Santos (2018, p. 45), o sistema patriarcal, por ter sido constituído materialmente e historicamente, possui bases concretas localizadas na cultura e nas ideias socialmente determinadas, sendo as relações sociais de sexo/sexualidade, a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica, a divisão sexual e racial do trabalho e a violência contra a mulher e a população LGBT os principais elementos que “dão base à estruturação do patriarcado”. Esses elementos, em inter-relação integral entre si, dinamizam o processo de exploração-opressão, garantia da valorização do capital e da propriedade privada no circuito produtivo e reprodutivo do capital, conformando também uma determinada ideologia que legitima práticas sistemáticas de violação de direitos do segmento subalternizado – assim sendo, as mulheres negras. Nesse sentido

O controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, sob um “modelo” heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre as(os) filhas(os), o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, ao garantir que a prole seria sua, assegurava-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da herança (CISNE e SANTOS, 2018, p. 44).

A construção histórica do trabalho doméstico é marcada, na sociedade de classes, por essa relação desigual circunscrita no sistema patriarcal, e no que tange o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o trabalho doméstico manteve, por vezes, um caráter primitivo pois, o aperfeiçoamento produtivo a partir da industrialização não atingiu o âmbito privado, sendo assim uma das estratégias do capital para a sua valorização através da opressão das mulheres.

A separação entre a economia produtiva capitalista e a economia privada do lar no contexto de industrialização do capitalismo central fez com que o trabalho doméstico fosse demarcado constantemente por um caráter primitivo, tendo em vista que o avanço industrial-tecnológico não atingiu o âmbito doméstico. Em consequência disso, esse caráter primitivo também incide nos sujeitos – sendo estes, mulheres em sua maioria – inseridos na categoria de

empregadas domésticas, tendo em vista que os avanços conquistados no âmbito da produção e reprodução da força de trabalho através de políticas sociais só alcançou a categoria de trabalhadoras domésticas brasileiras muito tardiamente, ou seja

À medida que a industrialização avançava, transferindo a produção econômica da casa para a fábrica, a importância do trabalho doméstico das mulheres passou por um desgaste sistemático. Elas foram as perdedoras em duplo sentido: uma vez que seus trabalhos tradicionais foram usurpados pelas fábricas em expansão, toda a economia se deslocou para longe da casa, deixando muitas mulheres em grandes partes despojadas de papéis econômicos significativos (DAVIS, 2016, p. 230).

Ou seja, a problemática entorno do trabalho doméstico informa também o papel social da mulher ao desenvolver essas atividades que as são socialmente relegadas e instaura-se também no caráter social das atividades domésticas, que são tidas como não estimulantes, sem criatividade, sem produtividade, aquele trabalho em que o ser humano não realiza as suas capacidades ontológicas para um determinado fim. Sobre isso, podemos identificar com Engels (2012) que, nas sociedades anteriores ao advento da propriedade privada, a divisão do trabalho era estabelecida a partir das atividades essenciais, ou seja, ainda que o homem se encarregasse da caça e a mulher da colheita, ambas as tarefas eram essenciais para a manutenção familiar – essa tendo um caráter histórico estendido à comunidade, diferente da família burguesa estabelecida no sistema capitalista – e para a reprodução do indivíduo enquanto espécie humana.

Para Davis (2016), com o processo de consolidação do capitalismo industrial, a distinção entre a esfera econômica e a economia familiar ficou mais evidente, pois aquilo que se produzia em casa tinha seu valor de uso mais expresso na satisfação das necessidades humanas básicas da própria família (comer, se vestir, etc.), já aquilo que era produzido nas fábricas tinha seu valor de troca mais evidente na satisfação da demanda capitalista por lucro. Ou seja, já que o trabalho doméstico não expressa lucro para o sistema capitalista, este foi socialmente definido como naturalmente inferior aos demais trabalhos assalariados no capitalismo.

Assim, a dinâmica social do trabalho doméstico perpassa a compreensão das *relações de produção e reprodução* no sistema capitalista a fim de elucidar fundamentalmente a totalidade social na contemporaneidade. O aspecto produtivo no modo de produção capitalista, já evidenciado anteriormente, delimita as formas de organização do processo produtivo direcionados à produção material que converte-se em mercadoria no modo de produção capitalista, sendo nessa esfera que é ‘realizada’ a produção material. Já o aspecto reprodutivo diz respeito as relações constituídas como sustentação para atender as necessidades sociais

estabelecidas material e subjetivamente de homens e mulheres, e também para possibilitar o ciclo de produção da força de trabalho e das relações de produção, ou seja, é nessa dimensão que se ‘possibilita’ a produção material, a mercadoria, o valor. E é nessa dimensão também em que divisão social do trabalho manifesta-se na sociedade de classes, enfatizada nas relações patriarcais de gênero para desvaloriza-lo e conseqüentemente, subalternizar a mulher no processo produtivo. Para isso,

A força ideológica das relações patriarcais se atualiza de tal forma que, apesar dos avanços históricos decorrentes das lutas sociais dos sujeitos feministas e LGBT, elas encontram maneiras de se reproduzir, posto que são apropriadas nas relações sociais capitalistas, funcionando de modo favorável à exploração da força de trabalho e, quando necessário, à reprodução do conservadorismo; especialmente para exercer controle, disseminam uma concepção de família tradicional, em que o alvo da dominação é o universo identificado como feminino e uma espécie de negação e inferiorização de tudo que não for heterossexual (CISNE e SANTOS, 2018, p. 44).

O sistema patriarcal determina as relações sociais produtivas e reprodutivas no marco do modo de produção capitalista de tal forma que, o trabalho doméstico, enquanto atividade de extrema relevância na manutenção da vida de homens e mulheres de idade e localidade variadas, assume particularidades no que diz respeito seu caráter, composição, configuração e valor socialmente atribuído. No que tange a configuração da pirâmide social no modo de produção de produção capitalista, as mulheres negras estão localizadas em sua base por serem o alvo, enquanto grupo, da sistemática exploração e opressão de gênero e raça. Somados a isso e referenciando o trabalho doméstico, há um dupla desvalorização tanto da atividade realizada quanto das mulheres negras inseridas nesse contexto. Essa desvalorização no realizar do trabalho doméstico é possibilitada pela divisão sexual e racial do trabalho inseridas no contexto da sociedade de classes do modo de produção capitalista.

2.1.2. Divisão sexual do trabalho

É tendo como base a separação do trabalho no âmbito doméstico e no público, bem como a diferenciação do valor social destes, que é estabelecido a **divisão sexual do trabalho** como mecanismo do modo de produção capitalista de se valorizar na esfera produtiva e reprodutiva. Segundo Ávila (2009) a divisão sexual do trabalho possui a designação prioritária dos homens para a esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva, e simultaneamente a valorização social das funções desenvolvidas por homens como característica que alicerça a sua dinâmica social. Desta forma, a separação entre trabalhos que são de homens e trabalhos que são de

mulheres, e a hierarquia estabelecida onde o trabalho do homem vale mais do que o da mulher são princípios que organizam tal dinâmica, levando em consideração é claro a correlação de forças, a organização do trabalho, o modo de produção e as funções do Estado na regulação dessas relações. Sendo assim

A divisão sexual do trabalho possui um enraizamento tão presente nas relações sociais e como um significado poder ideológico de parecer natural que se espalha desde a infância, por meio de uma divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, passando pela organização e gestão da força de trabalho e, ainda, na divisão sexual da política e do poder (CISNE e SANTOS, 2018, p. 65).

Tal princípio hierárquico parte de uma designação social no qual o trabalho desenvolvido por homens é da ordem cultural e o de mulheres da ordem natural, sendo essa hierarquia que circunscreve as relações sociais de produção e suas imbricações nessas relações no âmbito das diferenças de sexo. Essas relações sociais tem a sua base material no trabalho e no seu processo produtivo, que informa dialeticamente a configuração das relações sociais de sexo e consequentemente a divisão sexual do trabalho, sendo assim uma relação de coexistência em que tais relações de produção e sexo se imbricam e se determinam na complexidade da sua dinâmica.

Para isso, a divisão sexual do trabalho, na sua transformação a partir das alterações históricas da organização do trabalho e seu modo de produção, possui dois aspectos principais que operam na dinâmica dessa categoria, sendo a diferenciação entre os sexos e o estabelecimento consequente de relações de poder que subalternizam mulheres (KERGOAT *apud* CISNE e SANTOS, 2018). Esses dois aspectos se expressam nas desigualdades manifestadas na inserção da mulher no mercado de trabalho, ou em outras palavras, no trabalho da mulher realizado para além do âmbito privado e do caráter reprodutivo. Assim

É com base nessa divisão, portanto, que as normas são determinadas e construídas; não são as normas que constroem as desigualdades, embora ajudem na sua naturalização e reprodução. Para tanto, a categorização social do sexo associa-se a uma ideologia que naturaliza valores, atributos e normas que instituem culturalmente o que é considerado “feminino” e “masculino” (CISNE e SANTOS, 2018, p. 65).

Na medida em que a mulher insere-se no circuito produtivo do capital, as contradições das relações sociais de sexo na conformação da divisão sexual do trabalho tornam-se mais evidentes, tendo em vista que as mulheres passam a exercer atividades tanto na esfera produtiva como também na reprodutiva, assumindo assim uma dupla jornada de trabalho, ou seja

Se, historicamente, instituiu-se na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto homens se mantiveram, até hoje, pelo menos enquanto maioria, apenas da esfera da produção (ÁVILA, 2009, p. 37).

Não só por isso, a inserção das mulheres na esfera produtiva deu-se de maneira desigual, tendo como características principais a ferrenha exploração da força de trabalho com baixa remuneração, relações trabalhistas que reforçam as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo, os assédio de naturezas diversas – moral, sexual, etc. – cometido por parte dos homens no ambiente de trabalho e variam em maior ou menor grau a depender do ramo produtivo e sua composição, além de evidenciar também a desigualdade entre as próprias mulheres na dinâmica produtiva capitalista, sendo assim

Fora de sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. O preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. A exploração que sofriam era ainda mais intensa do que a de seus colegas homens. Nem é preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas (DAVIS, 2016, p. 231).

É nesse sentido que a inserção das mulheres na esfera produtiva do modo de produção capitalista sempre manteve relação intrínseca com os interesses do capital e sua consequente valorização. A opressão que mulheres sofrem ao inserir-se no mercado de trabalho é necessária, do ponto de vista do capital, para possibilitar a desvalorização dos trabalhos realizados por elas e por consequência a desvalorização também de sua remuneração. Do ponto de vista ideológico, tal relação faz-se importante na perpetuação das relações de poder hierárquicas entre homens e mulheres, do papel social historicamente instituído a elas, bem como a manutenção da propriedade privada que estende-se à família de um dado molde.

2.1.3. Classe, raça e gênero

Articulado à essa característica de inserção das mulheres no mercado de trabalho assalariado, há de se considerar, como aspecto inegável, a **estrutura de classe** que desenha esse processo, uma vez que a condição de trabalhadora formal assalariada no circuito produtivo capitalista foi pavimentada pela classe social pertencente da mulher, e a possibilidade (ou não) de construção de uma carreira profissional. Sendo assim, as mulheres em condição de extrema pobreza e precarização e àquelas que tinham possibilidades (restritas) de inserção no mercado

de trabalho através de alguma qualificação profissional, coloca em evidência as contradições de classe e conseqüentemente os horizontes sociais e condições de trabalho que estas iriam estar inseridas, podendo afirmar-se que, nessa relação, mulheres exploram mulheres a depender de outras relações sociais como a raça e a raça, que nesse caso, compõe a totalidade social. Sendo assim

[...] as classes sociais, a propriedade privada e a forma mercadoria estruturam o capitalismo, as relações sociais de sexo, o patriarcado e as relações sociais de raça, o racismo. Essas três relações sociais por serem permeadas pela exploração da força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social, do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (CISNE e SANTOS, 2018, p. 76).

Tal aspecto conforma e é conformado também pela articulação com a **estrutura racial**, e mais especificamente à **desigualdade racial**, pois faz necessário observar a realidade concreta das mulheres que estão inseridas no exercício do trabalho doméstico no Brasil, sendo elas mulheres negras. Não obstante, a dimensão ético-racial é também o que possibilita analisar como as relações desiguais de sexo atingem materialmente de forma diferente entre mulheres brancas e mulheres não-brancas, e no curso da história como as mulheres negras tiveram uma grande relevância na alteração e dinâmica do trabalho doméstico.

A raça desenhou a configuração do trabalho e por sua vez incidiu na conformação da divisão sexual do trabalho, no qual mulheres negras ainda na atualidade desenvolvem atividades domésticas no âmbito privado para outras mulheres, essas sendo brancas, para que pudessem construir uma carreira profissional em âmbito público. Essa configuração é extremamente significativa na história das sociedades ocidentais, e por vezes constituiu-se como mecanismo de manutenção das bases sociais do modo de produção escravista, e nesse sentido podemos observar que

Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças. Enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas (DAVIS, 2016, p. 239).

A emblemática configuração racial circunscrito na dinâmica do trabalho doméstico decorre, na maioria das vezes, da estrutura senhorial escravista da formação das sociedades, seja com vistas a consolidação do Estado-nação e potência econômica como no caso estadunidense ou com vistas à colonização como no caso brasileiro. De qualquer maneira, ainda

que as configurações dessas sociedades sejam evidentemente diferentes nos aspectos sociais, econômicos, político e ideológicos, a configuração do trabalho doméstico desenvolvida no curso da história assume particularidades que se aproximam socialmente umas das outras. Assim, na análise histórica do trabalho doméstico, é fulcral partir-se da articulação entre classe, raça e gênero pois é essa articulação que “permite-nos entender não apenas as diferenças, mas também as desigualdades entre mulheres. Afinal, mulheres exploram mulheres” (CISNE e SANTOS, 2018, p. 67).

A autora Angela Davis (2016) ao analisar o processo de abolição do escravismo norte-americano, afirma que a condição das mulheres negras foi relegada quase que obrigatoriamente ao trabalho doméstico, diferente dos homens negros que forçadamente continuaram na condição de trabalho escravo através do racismo institucional enquanto tática para o encarceramento em massa desse segmento, sendo essa uma estratégia de manutenção das bases sociais de produção com utilização da mão-de-obra escrava, e diferente também de algumas mulheres não-negras, em sua maioria latinas, que por vezes estavam inseridas na dinâmica do trabalho doméstica por serem imigrantes. Desta forma

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão (DAVIS, 2016. p. 98).

No contexto brasileiro, também é possível analisar o trabalho doméstico a partir do processo de abolição do escravismo, tendo em vista que esse modo de produção formou e consolidou as relações trabalhistas na transição do trabalho escravo para o trabalho ‘livre’ assalariado, além de ter deixado marcas cruéis tanto no que diz respeito à violência cometida pela classe senhorial escravista contra os negros escravizados, como das influências históricas que delimitam o tipo de trabalho desenvolvido pela população negra, e mais especificamente às mulheres negras inseridas em grande proporção no contexto do trabalho doméstico ou em outras profissões de baixo “prestígio social” e com caráter de extrema pauperização na contemporaneidade.

Assentado como base de constituição do capitalismo central europeu, o sistema colonial e seu modo de produção escravista no Brasil configurou-se como mecanismo de instituição desse capitalismo central que tinha como modelo o feudalismo na Europa, mas que possuísse

caráter dependente desse continente. Isso demonstra que a economia brasileira sempre foi determinada por interesses econômicos externos, e isso diz muito a respeito da configuração do trabalho e na sociabilidade constituído no País. E mais do que isso, informa também que o processo de abolição do escravismo brasileiro foi permeado por interesses do capital internacional em manter a alta taxa de lucro e ampliar as suas bases sociais produtivas e reprodutivas. Sendo assim, é no contexto escravista brasileiro que alicerça-se os tratamentos sociais referidos às mulheres negras, renovados e complexificados na contemporaneidade.

Há de se considerar dois aspectos centrais auferidos às mulheres negras nesse contexto, sendo estes a função social de um papel sexual no qual seu corpo servia de objeto para satisfação dos prazeres da classe senhorial-escravista através do estupro, e também a função no sistema de reprodução social no desenvolvimento de atividades domésticas e na prestação de serviços. Diferente das mulheres brancas, que estavam incumbidas nas tarefas de mãe e esposas, ainda que parte destas tarefas fossem desenvolvidas por mulheres negras, – principalmente àquelas ligadas a limpeza e manutenção doméstica – a atividade desenvolvida por essas mulheres estavam localizadas na esfera reprodutiva e na supervisão das atividades realizadas pelas mulheres negras no âmbito doméstico. Assim

A mulher branca da casa-grande desempenhava, via de regra, importante papel no comando e supervisão das atividades que se desenvolviam no lar. É preciso não esquecer que aquelas atividades não diziam respeito meramente aos serviços que hoje são designados domésticos. A senhora não dirigia o trabalho da escravaria na cozinha, mas também na fiação, na tecelagem, na costura; supervisionava a confecção de rendas e o bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos, providenciava tudo para o brilho das atividades comemorativas, que reuniam toda a parentela (SAFFIOTI, 2013, p. 245).

Desta forma, a análise do trabalho doméstico demonstra relevância fulcral para compreender as relações sociais que circunscrevem a situação da mulher nas sociedades contemporâneas, principalmente se partirmos do pressuposto da garantia de direitos sociais como produto de incontáveis lutas travadas historicamente e que permitiram alterações significativas na vida e na dinâmica social das mulheres.

Ainda que essas alterações possibilitadas por vezes por políticas sociais tenham ocorrido dentro de todos os seus limites e moldes institucionais, as mesmas não foram suficientes para atingir de forma incisiva as bases que dão sustentação à configuração e dinâmica do trabalho doméstico. Assim, essa atividade continua com suas mesmas atribuições que mantinha em tempos passados, ainda que no contexto brasileiro, de forma extremamente tardia, tenha-se garantido a sua regulamentação na legislação trabalhista e da proteção social.

Por isso, compreender todas essas estruturas – classe, raça e gênero – que conformam a situação das mulheres historicamente é também aproximar-se de determinantes e incidências históricas sob o trabalho doméstico, e consequentemente a sua tardia regulamentação, tendo em vista o atraso histórico no seu reconhecimento e proteção institucional e os limites sociais de mobilização da categoria de trabalhadoras domésticas.

Capítulo III – Aproximação dos determinantes centrais da tardia regulamentação do trabalho doméstico no Brasil

O trabalho doméstico tem sua regulamentação tardiamente (sendo ela em 2015) por se tratar de uma função desenvolvida majoritariamente por mulheres, – e em sua maioria negras – o que demonstra a partir de uma análise crítica, a articulação das formas de opressão que o sistema capitalista instrumentaliza a fim intensificar os processos de exploração e acumulação. Também é perceptível que o trabalho doméstico é uma das funções que hoje, mantém um alto grau de proximidade com as relações reproduzidas no Brasil-Colônia, tendo o escravismo como forma de organização do trabalho, e que este também é um determinante quando identificamos a adjacência desse período no processo histórico de formação social e econômica brasileira e sua influência na estruturação do chamado ‘trabalho livre’ assalariado e notoriamente do capitalismo no Brasil.

É importante destacar que com a regulamentação do trabalho doméstico brasileiro, ocorre também um movimento sócio-político que tem como instrumento a política social e sua relação contraditória da proteção à força de trabalho e a reprodução desta, utilizando-a como mecanismo de acesso aos direitos relativos ao trabalho. Ou seja

As políticas sociais são produtos de relações complexas e contraditórias que se processam no âmbito da luta de classes. Elas são estruturadas quando interesses antagônicos estão em jogo e os sujeitos envolvidos na produção capitalista assumem compromissos e papéis determinantes para evitar perdas ou obter ganhos satisfatórios para as classes, grupos ou segmentos que representam (SILVA, 2011, p. 319).

Na perspectiva da garantia de direitos, o Brasil tivera importantes momentos históricos de luta por reformas no Estado capitalista e na construção da cidadania brasileira, que merecem aqui serem destacados. Um deles ocorreu em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, momento no qual o país passava pelo processo de industrialização urbana ainda mantendo bases patrimonialistas, e que através da política Vargasista do chamado “Estado Novo”, arrefeceu as lutas sociais através da institucionalização estatal dos sindicatos e restrição política das organizações da classe trabalhadora. Contudo, ocorre também um grande processo de estruturação e regulamentação do trabalho no Brasil. E um outro momento ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal – CF/88, no qual houve-se uma maior organização da classe trabalhadora no processo de redemocratização do país e que possibilitou, dentro da correlação de forças, um maior avanço no que tange a proteção social, mas que do ponto de

vista econômico o país passara por um período de recessão sob influência internacional da inserção do capital financeiro, que possibilitou também a preservação dos interesses burgueses para maior acumulação na Constituição Federal.

Estes dois períodos, ainda que apresentem suas diferenças tanto históricas como econômicas e políticas, assinalam para grandes momentos de reivindicações da classe trabalhadora por reformas e que condicionaram a proteção dos trabalhadores na venda da sua força de trabalho no Brasil. Contudo, o trabalho doméstico não fora incorporado dentro das suas multideterminações históricas e suas particularidades, demonstrando então que esses períodos são determinantes na sua tardia regulamentação.

Destaca-se aqui que enquanto as lutas por direitos sociais no capitalismo se constituem como reformas, uma vez que não rompem com o modo de produção que em sua essência é exploratório, há também um movimento que busca, a partir da precarização da vida humana, – tendo como instrumento a retirada dos direitos e o recrudescimento da cidadania – o aumento da riqueza socialmente produzida e sua concentração e apropriação cada vez mais concentrada na mão de poucos, no qual configura-se como uma instrumento de expropriação para a expansão e consolidação das bases sociais capitalistas.

Na década de 1943, período no qual o trabalho no Brasil estava num processo de estruturação, passando da base agroexportadora para urbano industrial, e no qual as formas de proteção social se iniciaram naquelas categorias de trabalhadores que estavam no centro da industrialização e urbanização brasileira, o país passava por um momento econômico de elevação do trabalho formal e da sua capacidade de produção. Neste processo foi instituído uma série de legislações trabalhistas que resultaram na CLT, porém, seu objetivo não se dá apenas na proteção social daqueles que estavam inseridos na formação do mercado de trabalho assalariado brasileiro, mas também na expansão industrial do Brasil, inserção do país no contexto de produção internacional e possibilitando condições para acumulação do capital representado por uma elite nacional, ou como explica Silva (2011) sobre a dinâmica do momento

[...] o mercado de trabalho no país, durante o governo Vargas, ampliou a sua estruturação, e teve como principal aporte a legislação trabalhista e previdenciária. Essa conjugação, [...] evidenciou que o mercado de trabalho no Brasil ganhou este impulso nessa época, com o fim especial de imprimir um novo padrão de acumulação (SILVA, 2011, p. 173).

Já a década de 1988 é marcada pela luta entorno das garantias constitucionais após um período de exceção da ditadura civil-militar no Brasil. Diferente dos anos 1930 a 1940, no qual

o país registrou uma tendência de crescimento econômico no processo de estruturação do mercado de trabalho assalariado, o contexto dessa década era de recessão econômica sob influências da crise de superacumulação dos países de capitalismo central na década de 1970. A formalidade do trabalho assalariado estagnou-se, substituindo-o pelo trabalho informal e assumindo tendências mundiais, quando a política neoliberal estivera se hegemonizando mundialmente. A reestruturação produtiva é utilizada como estratégia de alteração das relações de trabalho, superexploração da força de trabalho com vista a acumulação de capital e como amortecedora dos efeitos da crise do capital de 1970, provocando mudanças significativas no que concerne à organização do trabalho, como é apontado

A reestruturação produtiva começa a dar sinais na década de 1980, a partir das mudanças na indústria automobilística, com a racionalização organizacional e das linhas de produção das empresas, a adoção de programas de qualidade total, o envolvimento induzido da força de trabalho em todas as etapas da produção, a renovação de métodos e processos de trabalho e o uso de sistemas de automação com base na microeletrônica. Esse processo orientou-se pelo objetivo de ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e crescente instabilidade econômica (SILVA, 2011, p. 191).

Nesse sentido, a alteração do padrão de acumulação capitalista e suas principais características como a desregulamentação, precarização e privatização no marco da reestruturação produtiva, produz uma série de transformações no processo de produção e reprodução social que reverberam na configuração do trabalho, ou seja, como esse assume-se na totalidade social. A reestruturação produtiva representa, assim, uma série de modificações impulsionadas pela abertura comercial do Brasil ao adotar as políticas macroeconômicas resultadas do Consenso de Washington, elaborado no final da década de 1980, tendo como principais articuladores os Estados Unidos e o Reino Unido, com vistas a ampliar mundialmente a política neoliberal, principalmente nos países de capitalismo dependente. A adesão ao Consenso, somada à alta inflação e ao desemprego exorbitante no País, condicionaram também a organização do trabalho tanto no processo produtivo como também na organização da classe trabalhadora e suas estratégias de resistência à ofensiva capitalista. Sendo assim

A reestruturação produtiva associada ao arrefecimento das lutas sindicais, a partir dos anos 1990, e à redefinição das funções do Estado, com intensa produção normativa restritiva de direitos, privatização de empresas estatais, enxugamento do aparelho do Estado, entre outras medidas, provocou mudanças expressivas no mundo do trabalho. Isso resultou numa profunda desestruturação do mercado, das relações e condições de trabalho (SILVA, 2011, p. 202).

Esses dois momentos históricos são de extrema relevância na constituição de legislações que fundamentam a organização do trabalho e regem a relação capital-trabalho das ocupações brasileiras. Assim, a sua vigência não significa apenas o avanço em determinadas áreas da proteção ao trabalho ou a constituição de sistemas de proteção social dos trabalhadores, nem apenas à preservação de interesses burgueses na busca pela elevação das taxas de lucro e maior acumulação, mas também pelos interesses políticos e econômicos de um projeto de poder na construção da sua hegemonia mundial. Tendo essas tendências como pano de fundo, a Constituição Federal estabeleceu acordos pragmáticos pela diferença político-econômica na disputa de projetos societários das classes, preservando interesses burgueses ainda que estivesse avançando nos valores democráticos e populares pela correlação de forças daquele momento, no qual favoreceu o campo progressista da sociedade brasileira.

Contudo, é perceptível que o trabalho doméstico não foi incorporado em nenhum destes momentos. Isso pode demonstrar aonde que o trabalho doméstico está localizado socialmente na construção histórica do mercado de trabalho no Brasil e a sua posição marginal pelo significado que o trabalho possui.

3.1. Aspectos históricos da tardia regulamentação do trabalho doméstico

A não incorporação do trabalho doméstico nesses momentos de maior mobilização da classe trabalhadora – tendo a CLT e a CF/88 como exemplo – e consequentemente maior avanço no campo das conquistas de direitos sociais remete, aqui, uma característica substancial da sociedade brasileira: o complexo social de dominação e exploração estabelecido historicamente e seus mecanismos de controle e repressão, seja enquanto colônia e a transposição do Estado Português na regulação das relações econômicas e sociais no país, seja enquanto Estado-nação desenhado a partir da manutenção dos interesses das classes dominantes.

O que quer-se demonstrar aqui é que a posição socioeconômica de determinados grupos, e mais especificamente dos negros, foi estabelecida a partir de critérios que determinaram o nível de estratificação social e por consequência a possibilidade de mobilidade social desses grupos. A exemplo disso, podemos demonstrar a partir da nossa realidade atual a perpetuação da composição da sociedade a partir do período escravista: na base da pirâmide social estavam localizados àqueles que constituíram a mão-de-obra escravizada e portanto o grupo dominado, que num primeiro momento era composta pela população indígena que sofrerá com o genocídio

violento das elites agrárias⁸, e posteriormente pelos negros sequestrados na África e escravizados no Brasil; hoje, temos a população negra como contingente quase que total da classe pauperizada e inserida em precários postos de trabalho, com remunerações abaixo do que é estabelecido para pessoas brancas, ao passo em que a população indígena brasileira tem não só seus direitos como também a sua existência negada em diversas esferas da sociedade brasileira, seja na produção científica ou na garantia de direitos sociais.

Já o grupo dominante, composto principalmente por europeus representantes da Coroa Portuguesa e dos interesses desse mesmo Estado, tinha os brancos como responsáveis não só pelo estabelecimento de mecanismos de inibição, controle e dominação dos negros e indígenas, como também na perpetuação dos privilégios desses grupos, a exemplo do direito à terra e a propriedade privada e o direito à herança, ambos assegurados através de mecanismos administrativos, militar e religioso; hoje, temos no epicentro da concentração de renda essa mesma representação, demonstrando assim que a sociedade brasileira passou por processos de ruptura e mudanças sociais, políticas e econômicas, mas que nenhuma dessas alterações foram suficientes para desarticular estruturalmente a configuração dos grupos dominantes e àqueles que são dominados. Sendo assim

Essa estrutura exerceu os mecanismo de dominação selecionadores, criou barreiras de dominação étnica, estabeleceu as formas de julgamento de branco e não-brancos, de homens livres e escravos, conseguiu evitar que existisse qualquer forma significativa de ascensão dos escravos (índio e negros) que não fosse extralegal, através das guerras dos índios contra os invasores e dos quilombos negros, insurreições e guerrilhas por parte destes últimos (MOURA, 1994, p. 132).

Em síntese, a **formação sócio-histórica brasileira** desenhou a duros moldes a estratificação social a partir de determinados grupos, que configurou àqueles que seriam dominados e os que dominavam. Essa configuração possuía de forma extremamente delimitada uma classe social, uma raça e também um gênero, informando àqueles que estariam na base do sistema produtivo e àqueles que estariam no controle econômico, militar e ideológico; àqueles que desenvolveriam os trabalhos manuais mais desgastantes do ponto de vista do limite físico e àqueles que sobreviveriam do trabalho realizado por terceiros a tal ponto de se assimilarem à

⁸ A experiência de luta e sobrevivência da população indígena brasileira vai muito além do genocídio acometido contra esse grupo. A negação dos direitos étnico-políticos vieram através de mecanismos diversos criados pelos colonizadores da nação, que exerciam seu controle e dominação, que inferiorizava-os enquanto raça, ao mesmo passo que se expropriavam das riquezas naturais localizadas em território indígena e genocidava esse povo sob a justificativa do processo civilizatório da nação. Para aprofundamento na discussão indianista brasileira no processo de colonização pelo homem branco ver “*Os índios antes do Brasil*” de Carlos Fausto (1963).

sanguessugas de um sistema que violentava, assassinava e perpetuava-se até então nas bases da escravidão.

Afim de demonstrar a rigidez da estratificação social estabelecida no período escravista brasileiro e consequentemente a configuração da classe trabalhadora e os privilégios da burguesia após o advento do trabalho ‘livre’ assalariado no Brasil como um dos determinantes centrais no processo de regulamentação tardia do trabalho doméstico, é possível fazer uma análise das atividades realizadas pelas mulheres escravizadas no Brasil-Colônia no âmbito doméstico das residências da classe senhorial, no qual demarca também dada estratificação social no interior das relações escravistas, tendo em vista que as atividades domésticas eram realizadas principalmente por mulheres, que também desenvolviam atividades nas minerações.

Moura (1994) traz contribuições na tentativa de sistematizar essas estratificações sociais no interior das relações escravistas, no qual diferenciava as atividades realizadas de acordo com o que se era produzido, desembocando em estratos ocupacionais diversificados da divisão do trabalho. Para o autor (p. 42), de forma geral essas estratificações seguiam da seguinte forma: A) escravos do eito ou destinados a atividades extrativas; B) escravos na mineração; C) escravos domésticos nas cidades e casas grandes em geral; D) escravos de ganho nos centros urbanos, e; E) outros tipos de escravos. Destacamos o grupo de escravos domésticos nas cidades e casas grandes a título de destrinchar as atividades realizadas que determinava esse estrato ocupacional, sendo essas atividades:

	Tipos de escravos domésticos nas cidades e casas grandes em geral:
1-	Escravos carregadores de liteiras
2-	Escravos caçadores
3-	Escravas mucamas e demais escravos de serviço doméstico
4-	Escravas amas de leite
5-	Escravas cozinheiras
6-	Escravos cocheiros etc.

Quadro 1) Elaboração própria. Informações retiradas em MOURA, 1994, p. 42.

É possível identificar que parte das atividades designadas aos escravos domésticos no período escravista brasileiro hoje são desenvolvidas pelos mesmo sujeitos que compõem a categoria de empregadas domésticas: mulheres pobres e negras. Não apenas, essas atividades são desenvolvidas na atualidade com certo grau de proximidade das relações coloniais no que

tange o interior da relação empregador-empregada, com características clientelistas, paternalista e coloniais. É evidente que as relações sociais que circunscrevem o trabalho doméstico no período escravista e na contemporaneidade são radicalmente diferentes, pois trata-se de um regime de trabalho escravo que mantinha relações de violências e dominação legitimadas pelos pressupostos sistemáticos do modo de produção baseados no sequestro de negros e negras africanos e na sequência a sua escravização, diferenciando das relações no modo de produção capitalista que partem da suposta liberdade (formal) dos indivíduos e responsabilização dos mesmos pelas suas escolhas (condicionadas). De qualquer modo, pode-se perceber grande similaridade entre o trabalho doméstico desenvolvido no período colonial brasileiro e o trabalho doméstico realizado após a abolição do sistema escravista, e desta forma “não há como negar que o enegrecimento do desemprego, da subocupação, do emprego doméstico, do emprego precário e da imposição do trabalho não remunerado, tem profunda relação com o passado colonial” (CFEMEA, 2010, p. 17).

Em síntese, podemos traçar com essas considerações a respeito da estratificação social rígida no período escravista, bem como as atividades desenvolvidas pelos negros e negras escravizados nesse sistema, que esses aspectos findaram a dinâmica societária do modo de produção escravista e solidificaram as bases de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A historicidade nos permite compreender que as determinações sócio-históricas compõem a complexidade do fenômeno, e sendo assim, o fulcro consiste em identificar como a construção histórica da sociedade brasileira influi nas relações sociais que permeiam a dinâmica do trabalho doméstico na contemporaneidade. Desta forma, colocamos aqui como determinante que tal formação sócio-histórica incide, de forma extremamente aguda, no trabalho doméstico e conseqüentemente na sua tardia regulamentação, pois trata-se de um ramo de atividade que mantém grande proximidade social com as relações coloniais do período escravista Brasileira. Por isso

Analisar as relações de gênero e raça estabelecidas desde a época do Brasil colônia é fundamental para compreender as desigualdades de hoje em dia. As relações assimétricas de gênero e raça – dominação/subordinação – estão relacionadas às divisões sexual e racial do trabalho. Da colônia até atualidade, pode-se constatar a atualização permanente desses padrões. A divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo é uma constante. A herança colonial determinou que o espaço da casa, residência da família nuclear, fosse o lugar do trabalho reprodutivo pelas mulheres, respeitada a hierarquia racial entre sinhás e escravas. O trabalho doméstico, invisibilizado, desvalorizado e não remunerado é atribuição primeira, embora algumas vezes não exclusiva, das mulheres (CFEMEA, 2010, p. 18).

Um outro aspecto de extrema relevância na análise dos determinantes centrais que influíram na regulamentação tardia do trabalho doméstico e que formou o pensamento social e político da sociedade brasileira, bem como a forma política assumida enquanto Estado, foi o **racismo como estrutura de dominação e exploração** e como ideologia de rejeição étnica e social da população negra no Brasil. O racismo, por ser um processo histórico de constituição de práticas sociais materializadas nas relações sociais, possui suas particularidades no que tange o desenvolvimento de cada sociedade. Mas podemos compreendê-lo no Brasil enquanto

[...] processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1) produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; 2) constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não-brancos” (ALMEIDA, 2018, p. 49).

Findada no mito da democracia racial no qual acredita-se que a partir dos processos de miscigenação ocorridos no país – que haveriam proporcionado maior diversidade étnica e cultural, bem como democratizado as relações raciais no país – o racismo teria sido superado pois tal diversidade étnica alterou também as estruturas e políticas de dominação e violência contra os negros, a sociedade brasileira assumiu historicamente tal mito para mistificar as relações sociais racistas perpetuadas através de mecanismos de rejeição, preterimento e manutenção da posição subalterna da população negra no Brasil, um quadro desenhado no Brasil pós-abolição e muito bem delimitado ainda na atualidade.

O **mito da democracia racial**, que tem como principal expoente dessa matriz sociológica o autor Gilberto Freyre (2003), ancorou-se no idealismo de que a miscigenação das três raças que haviam até então no Brasil – branco, negro e indígena – forjaria no seio da sociedade um tipo ideal de sujeito que representaria o fim dos conflitos políticos, sociais e econômicos entre essas três raças, sendo esse tipo ideal o chamado ‘mulato’. Para o autor, a experiência de colonização por homens europeus gerou um espaço sócioespacial escasso de mulheres brancas, no qual ocasionou em zonas de relações sociais e genéticas entre esses homens e mulheres não-brancas, ainda se mantendo a fórmula de dominadores e dominados. Assim, nas palavras do autor

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de

gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil (FREYRE, 2003, p. 32).

Fica evidente desta forma que, a partir das aspirações idealistas de uma suposta democracia racial forjada nos princípios da miscigenação que o pensamento social brasileiro, historicamente, foi influenciada por esse mito. Acreditou-se e ainda acredita-se que a miscigenação serviria como um mecanismo de condensação de raças/etnias e de diversificação cultural valorizadas ‘igualmente’ no campo das relações sociais, sendo assim

O branqueamento da população foi a estratégia escolhida para superar esse atraso. Assim, a divulgação do mito da democracia racial, que nega a diferença social entre brancos, negros e indígenas, e o incentivo à imigração europeia inseriram-se nesse contexto. O caminho para o “progresso” foi iniciado pelos brancos, enquanto desenrolava-se o processo de branqueamento da força de trabalho local (CFEMEA, 2010, p. 19).

Nesse aspecto, nega-se a miscigenação tal como aconteceu: através da violência sexual de homens brancos europeus contra mulheres negras e indígenas no contexto do escravismo brasileiro, e não somente, nega-se a miscigenação como política institucional de embranquecimento da população brasileira a fim de roubar-lhe toda e qualquer referência histórica étnica e racial, sendo assim

Em primeiro lugar, a miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial, na medida em que o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas [...] (CARNEIRO, 2011, p. 66).

No tocante à referências históricas estabelecidas a partir da raça e da etnia, esse aspecto é determinante para identificar-se enquanto grupo a partir das similaridades e compatibilidades, ao mesmo passo em que valoriza-se as diversidades estabelecidas socialmente. Com o negro, essa referência representa, necessariamente, o negativo, o ruim, o atrasado, fazendo com que se estabeleça no imaginário social a necessidade de superar-se os aspectos negativos que circunscrevem a imagem do negro. Desta forma,

Aqui, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o

acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (CARNEIRO, 2011, p. 64).

Tal necessidade de superação desses aspectos ditos negativos que circunscrevem a imagem do negro perpassa, necessariamente, pela negação do negro enquanto raça, e na desvalorização de tudo aquilo que remete a imagem do negro. Nesse sentido, a miscigenação apresentou-se como instrumento de viabilização desse processo de apagamento da imagem e representação do negro, e em contrapartida, tudo aquilo que possui maior proximidade social com a população negra é visto como menos significativo, menor prestígio social. Ou seja, a miscigenação assume uma dupla estratégia de embranquecimento da população ao mesmo passo que permite o apagamento da memória da população negra e todas as formas de organização enquanto grupo. Assim

[...] a miscigenação tem constituído um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra”, oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco (CARNEIRO, 2008, p. 67).

Desta forma, colocamos aqui também como um dos determinantes centrais que influíram na tardia regulamentação do trabalho o doméstico o racismo, que delineia as relações sociais estabelecidas historicamente no país, seja sob o mito da democracia racial ou como política de embranquecimento da população do país. Essas dimensões incidem diretamente nas formas em que as empregadas domésticas se veem também enquanto grupo, e a sua consequente ação enquanto sujeitos políticos.

Nesse sentido, o fator de reconhecimento enquanto classe trabalhadora é determinante também para o fortalecimento da articulação entre empregadas domésticas na luta pela melhoria de condições no exercício do trabalho. Não levar esse aspecto em consideração seria incorrer no equívoco de minorar a importância da mobilização trabalhista na luta por direitos relativos ao trabalho, o que já se demonstrou um fato inalienável pelos exemplos que temos na história da luta de classes.

O reconhecimento enquanto grupo de trabalhadores e trabalhadoras é fulcral no estabelecimento de laços políticos e de solidariedade para que se compartilhe das especificidades e particularidades do próprio exercício do trabalho, e no caso do trabalho doméstico, tal possibilidade de articulação seja enquanto trabalhadoras doméstica ou enquanto classe trabalhadora no geral foi impossibilitada pela própria formação socioeconômica de um país alicerçado no racismo como regra nas relações sociais e institucionais, seja no seu período

escravista ou após a instituição do trabalho ‘livre’ assalariado, com formalização das relações de produção e reprodução capitalistas e o seu devido aparato institucional. Assim

O não reconhecimento da força-de-trabalho doméstica dificultou a própria percepção dessa categoria como classe trabalhadora. Não obstante, a burguesia nascente com o processo de industrialização do Brasil, reacionária e conservadora, contribuiu para a perpetuação dessa cultura de favor em relação ao trabalho doméstico, e é a mesma burguesia, representada pela classe política, que durante décadas retardou o acesso aos direitos trabalhistas por parte desses trabalhadores (PEIXOTO, 2017, p. 126).

Nesse sentido, percebe-se que os elementos centrais que determinam a dinâmica e consequentemente a tardia regulamentação do trabalho doméstico na contemporaneidade localizam-se nas particularidades da formação socioeconômica do país, que num *mix* de práticas coloniais ao mesmo passo em que houve-se o aperfeiçoamento das técnicas e forças produtivas no advento do modo de produção capitalista, condensou relações patrimonialistas na formalização da força de trabalho do país.

O trabalho doméstico, nesse aspecto, não foi englobado no processo de formalização, proteção, reconhecimento institucional e social, sendo determinado também pela própria divisão sexual do trabalho como forma de organização do processo produtivo alicerçado pelo patriarcado. Não somente, a própria divisão de classes e suas incidências no processo produtivo é um aspecto elementar que informa diretamente, articulado com as demais estruturas sociais, quem são as empregadas domésticas.

Tais elementos incidem brutalmente na capacidade de organização e mobilização da categoria de empregadas domésticas, que ao terem seu tempo social útil desapropriado e destinado quase que exclusivamente ao exercício de seu trabalho no processo de reprodução social, encontram barreiras tanto materiais no sentido da dificuldade em estabelecer uma articulação política entre categoria pela “falta de tempo” – pois a jornada trabalhista das empregadas domésticas estende-se da casa do empregador para a própria casa, numa relação temporal do trabalho doméstico quase que eterna – como também barreiras sociais, tendo em vista o estigma que lhes é atribuído por se tratar de uma categoria composta por mulheres pobres, na sua maioria negras e com baixa escolaridade formal. E nesse sentido, a perspectiva de lutas sociais no campo da disputa política dentro de dada correlação de forças torna-se fragilizada por esses aspectos de informam a configuração histórica do trabalho doméstico.

3.2. A condição das empregadas domésticas na atualidade

Em 1988, com a Constituição Federal instituída, regulamentou-se no âmbito político-estatal a proteção social para os trabalhadores como fruto de lutas historicamente travadas no Brasil, bem como um contrato social estabelecido por parte da burguesia nacional na perspectiva de manutenção de seus privilégios. Dispõe a carta (1988), no seu Capítulo II, a *“educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”* como direitos sociais aos cidadãos, um avanço significativo para o reconhecimento dos direitos e para o estabelecimento de sistemas de proteção social institucionalizados.

Dispõe no seu artigo 7º sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais que *“visem à melhoria de sua condição social”*, estabelecendo 34 incisos que versam sobre a proteção do trabalho na relação capital-trabalho. Nesse artigo, destacamos o parágrafo único que contém o seguinte conteúdo: *“São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social”* (BRASIL, 1988).

Ou seja, dos 34 incisos que estabelecem critérios para assegurar a reprodução da força de trabalho, bem como responder a classe trabalhadora que estivera no seio das mobilizações por direitos sociais, apenas 9 incisos são assegurados para a categoria de trabalhadoras domésticas. O parágrafo único caracteriza-se como um mecanismo de restrição de direitos à categoria de empregadas domésticas, ao mesmo passo em que viabiliza e garante direitos à classe trabalhadora em geral dentro dos princípios democráticos do Estado de direito. Essa exclusão faz com que o grupo de trabalhadoras domésticas não seja incorporada e representada enquanto classe trabalhadora no geral. Nesse sentido,

Até a aprovação da PEC, uma parcela expressiva de mulheres que trabalhavam como domésticas enfrentavam a diferenciação da legislação trabalhista que rege a atividade, além de vivenciarem a desigualdade no acesso aos direitos básicos a que muitas trabalhadoras estão sujeitas. Muitas razões explicam esse processo. Uma delas está ligada à origem da atividade, que é associada ao trabalho escravo – uma vez que até a abolição da escravidão, os afazeres da casa ficavam sob responsabilidade de mulheres negras escravizadas - e passam pela desvalorização do trabalho reprodutivo (cuidado do lar e da família) realizado pelas mulheres. Soma-se ainda a característica peculiar de as tarefas serem realizadas no âmbito doméstico e estarem relacionadas à esfera privada, onde o tratamento formal de emprego está aquém da lógica empresarial, que delimita espaços de atuação diferenciados aos impostos na esfera do lar (DIEESE, 2013, p. 4).

Desta forma, nota-se os critérios elegidos à classe de trabalhadoras domésticas no sentido de restringir direitos, critérios estes articulados com as estruturas sociais que o circunscreve (classe, raça e relações patriarcais de gênero) e determinados pela formação socioeconômica do Brasil.

No que tange a questão do gênero que predomina na realização do trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho é evidenciada pelo contingente quase que total de trabalhadoras domésticas, remetendo à divisão historicamente estabelecida entre os trabalhos realizados no âmbito privado pelas mulheres e os trabalhos desenvolvidos na esfera pública por homens. Não somente, o trabalho ligado à esfera reprodutiva da vida humana ser desenvolvido por mulheres também é perpetuado nas relações trabalhistas no âmbito do trabalho doméstico, onde por vezes, por não ser fiscalizada diretamente por órgãos do trabalho e pelos resquícios ainda existentes na cultura e nos costumes que determinam as relação interpessoais entre empregada e empregador e aspectos coloniais de servidão, as atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras domésticas não são delimitadas, e por isso todo o universo de atividades que podem ser desenvolvidas no âmbito doméstico – desde as atividades ligadas a limpeza até as atividades ligada ao cuidado de terceiros – são relegados às trabalhadoras domésticas. Desta forma,

A divisão sexual do trabalho é um mecanismo que serve à manutenção do poder dos homens sobre nós mulheres. Acontece de maneira bastante injusta e desigual. A divisão é esta: homens acima, mulheres abaixo. Para muitas mulheres, são ainda vedados alguns postos de trabalho, como aqueles que envolvem tecnologia. As mulheres sofrem com a discriminação salarial, são as principais empregadas no trabalho precário, sem carteira assinada e sem direitos. Raros, também, são os homens que realizam o trabalho doméstico e enfrentam suas consequências: a dupla jornada de trabalho, o confinamento no espaço doméstico, a dificuldade para liberar um tempo de lazer (CFEMEA, 2010, p. 17).

No que tange a questão da raça que também mantém predominância na realização do trabalho doméstico, constata-se que a divisão racial do trabalho mantêm suas bases de forma extremamente delimitada nesta profissão, onde a proporção de mulheres negras aumenta ao mesmo passo em que o de mulheres não-negra diminui, além de demonstrar a articulação entre raça e classe, no qual o trabalho doméstico, ramo de atividade que possui baixa remuneração e baixa profissionalização, é ocupado majoritariamente por mulheres negra e pobres. Isso demonstra também a manutenção de práticas coloniais na relação capital-trabalho, pois no período escravista brasileiro eram os mesmo sujeitos que ocupavam tais atividade. Nesse sentido

A divisão racial do trabalho está relacionada às atribuições e papéis dados a brancos e não-brancos desde o período do Brasil colonial. A distribuição racista do trabalho e das formas de exploração daquela época se expressou na associação dos brancos com o salário e com os postos da administração colonial. [...] Hoje, no Brasil, não há como negar que o enegrecimento do desemprego, da subocupação, do emprego doméstico, do emprego precário e da imposição do trabalho não remunerado, tem profunda relação com o passado colonial (CFEMEA, 2010, p. 17).

Tendo a divisão sexual e racial do trabalho como multideterminações, o trabalho doméstico manifesta-se no modo de produção capitalista como uma atividade desvalorizada, com baixa remuneração e elevado nível de informalidade se comparado com as demais profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho. Tais características são resultado dessa soma (não matemática) de fatores históricos que balizaram o desenvolvimento do trabalho doméstico e a sua configuração na atualidade, onde esses fatores também informam a realidade concreta das mulheres que ocupam essa profissão. A não incorporação do trabalho doméstico nas legislações deliberadas na Constituição Federal de 1988 demonstram os ranços coloniais mantidos no imaginário social e reverberadas em práticas políticas que se estenderam ao longo da história da profissão.

Uma das empreitadas de extrema importância na perspectiva da garantia de direitos das empregadas domésticas como parte da classe trabalhadora em geral e compreendendo as particularidades da profissão ocorreu em 2010 com a Proposta de Emenda Constitucional número 66, que posteriormente transformou-se em Emenda Constitucional número 72/2013, a conhecida “PEC das Domésticas”. Tal emenda equiparou os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos e rurais contidos no artigo 7º da Constituição Federal com as trabalhadoras domésticas, servindo de mecanismo para subsidiar no formato legislativo a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

No sentido de referenciar o trajeto realizado pela proposta, tendo em vista que o trabalho doméstico é um fenômeno na sociedade brasileira que não recebe a relevância necessária pela sua proporção, será feito um resgate da tramitação institucional que ocorreu desde 2013, quando foi apresentado a Câmara dos Deputados, até 2015 quando foi decretado pela Presidenta da República Dilma Rousseff, pois faz-se importante nesse momento de restrição de informação pelo caráter conjuntural resgatar-se históricos de atuações políticas travadas em prol dos direitos da classe trabalhadora.

Sendo assim, de acordo com as informações de tramitações contidas na plataforma da Câmara dos Deputados, em julho de 2013 foi submetido ao primeiro secretário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado de autoria da comissão mista que dispõe sobre o contrato

de trabalho doméstico e apresentada a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e em seguida ao Plenário da casa. No mês de agosto do mesmo ano, o Projeto de Lei Complementar - PLC foi encaminhado para a coordenação de comissões permanentes, sendo neste mesmo mês que nota-se esforços da Deputada Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT do Rio de Janeiro em apresentar diversos requerimentos para apreciação do plenário que até então não colocava o projeto na ordem do dia, ou quando acontecia não atingia o quórum. Além dela, o deputado Décio Lima do PT de Santa Catarina e o deputado Rosinha do PT do Paraná também apresentaram requerimentos para que o projeto fosse tramitado pela Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania, e também na Comissão de Seguridade Social e Família.

Em abril de 2014 o projeto voltou para o Plenário da casa, contudo sem aprovação por falta de quórum. Os esforços da Deputado Benedita da Silva se mantiveram, sendo requerida a apreciação do projeto nas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, pela Comissão de Seguridade Social e Família, pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, além de ter sido apresentado o requerimento de urgência para apreciação do PLP 302/2013. Após o requerimento de urgência da tramitação, o projeto foi apreciado em sessão deliberativa extraordinária, emendado pela sessão e retornado à Comissão Mista para elaboração de parecer. Ao final de 2014, o parecer de número 37 realizado na comissão mista do congresso nacional do PLC número 302/2013 foi recebido pela mesa diretora da Câmara dos Deputados e retornou em discussão no plenário e na coordenação de comissões permanentes. Após esforços realizados, principalmente pela bancada do PT na Câmara dos Deputados e demais partidos do campo democrático, entre encerramento de sessões, retiradas da ordem do dia, falta de quórum, o PLC foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2015, transformando-se em Lei Complementar número 150 para apreciação do Senado Federal, no qual foi aprovado e passou pelo decreto presidencial e publicação no Diário Oficial da União no dia 1 de junho de 2015.

Cabe aqui um destaque no que diz respeito ao trâmite institucional entre os anos de 2013 até a sua aprovação em 2015, no qual percebe-se que a discussão sobre a regulamentação do trabalho doméstico não foi prioridade em nenhum cenário de arranjos institucionais e blocos políticos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Mas mais que isso, identificou-se na votações parciais e totais do Projeto de Lei o nome de um deputado federal extremamente significativo atualmente e que tivera votado contra a discussão, caráter emergencial e aprovação dos direitos das empregadas domésticas, sendo esse nome o do atual Presidente da República Jair Bolsonaro eleito nas últimas eleições gerais em 2018.

Conhecido por sua atuação política diretamente embasada na restrição de direitos da classe trabalhadora, o então agora Presidente da República expressa mais do que isso: representa um projeto ideológico protofascista, manifestadas em um projeto econômico neoliberal e um projeto ético e moral conservador, negando todo e qualquer molde familiar, afetivo e interpessoal que fuja à regra conservadora de base religiosa-cristã. Na esfera econômica, reforça a hegemonia neoliberal do Estado que não intervêm tanto na esfera econômica – uma vez que as regras do mercado são por si só garantidoras de estabilidade e eficiência no mundo das finanças – como também na esfera dita social – tendo em vista que as ações do Estado na garantia de direitos e condições de produção ou de ‘deixar-se de produzir’ gera dependência dos cidadão e um perigo improdutivo, além de gerar custos ao Estado.

Assim, os ditames da restrição, seletividade e focalização seguem em curso agora mais evidenciadas pelo projeto político que o Presidente da República representa, e isso obviamente trará grandes custos à classe trabalhadora em geral, e mais especificamente as trabalhadoras domésticas em questão. Isso por quê o voto contrário à regulamentação do trabalho doméstico de Jair Bolsonaro não é simplesmente um voto contra a garantia de direitos negados historicamente as empregadas domésticas no Brasil, mas representa à tentativa de conservação dos traços escravistas brasileiros e suas relações coloniais, representa o machismo enraizado nas práticas políticas que reforçam a figura da mulher não apenas na esfera reprodutiva como também no trabalho desvalorizado e não remunerado, e por fim representa o racismo perpetuado por diversos mecanismos que assimila a imagem do negro aos trabalhos precarizados. No que tange o trabalho doméstico, sua posição política e na sua prática podem ser resumidas:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas (GONZALES, 1984, p. 230).

Compreende-se que os principais determinantes que influenciaram na tardia regulamentação do trabalho doméstico referenciam a totalidade social e as contradições entre classes sociais, raça e as relações patriarcais de gênero. Tais contradições e sua configuração no contexto brasileiro tem determinações do modo de produção escravista, sendo base necessária para o desenvolvimento econômico dos países de capitalismo central e que conformaram o trabalho escravo realizado por africanos e africanas sequestradas para a colônia. A síntese desses fenômenos, e suas complexidades e particularidades, opera como fator

inegável de conformação do trabalho doméstico tanto no período escravista como no modo de produção capitalista.

Apesar de tratar-se de modos de produção distintos, com relações tanto institucionais como sociais diferentes, os modo de produção escravista e capitalista portam determinações históricas de formas de organização que os antecedem, possibilitadas pela historicidade dos fenômenos, assim influenciando também nas condições materiais e ideológicas daqueles inseridos em tal dinâmica

Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como *coisa* e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua rehumanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação consequente como escravo. Por outro lado, o branco senhor de escravos era o homem sem *devir* porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade. Completamente obturado pelo sistema fechado, o senhor de escravos é o exemplo do homem alienado. E, por isto mesmo, os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmacão do *ethos* do nosso país (MOURA, 1983, p. 124, grifos do autor).

Nesse sentido, a possibilidade histórica de superação das relações colonialistas ainda perpetuadas no sistema capitalista está localizada na construção revolucionária de uma nova sociabilidade, que rompa com os preceitos do trabalho privado e seu consequente estranhamento e alienação dos trabalhadores e trabalhadoras, do patriarcado e a hierarquia estabelecida entre homens e mulheres, do racismo e sua consequente violência e discriminação contra pessoas não-brancas, e com todas os preceitos que deram sustentação e engendram as configurações do modo de produção capitalista.

Considerações finais

Ao fim dessa pesquisa, constatou-se a partir do levantamento e análise bibliográfica que, os determinantes centrais que influíram na tardia regulamentação do trabalho doméstico localizam-se nas estruturas sociais que o engendram – classe, raça e relações patriarcais de gênero – além da própria formação socioeconômica brasileira de bases escravistas, que com a abolição constituiu-se como um país de capitalismo dependente. Assim, confirma-se a hipótese inicial de que a história da sociedade brasileira e seu passado escravista, bem como o contorno da construção histórica das relações sociais de sexo, da raça e da classe são fatores determinantes no processo de regulamentação tardia do trabalho doméstico.

É evidente que os direitos conquistados pelas empregadas domésticas pela regulamentação da profissão e por proteção social está sob total ameaça nesse cenário político brasileiro e também internacional sob hegemonia neoliberal. A necessidade de uma ofensiva da classe trabalhadora é um fato inalienável nesse contexto, não só para a manutenção de direitos conquistados historicamente como também pela necessidade histórica de superação deste modo de produção que produz dia após dia, minuto após minuto, um limbo de desigualdades absolutas, principalmente quando analisa-se a formação socioeconômica brasileira que produz e reproduz relações sociais que tem como pedra angular o escravismo e suas determinações coloniais, numa relação dialética de estruturas sociais – classe, raça e patriarcado.

As trabalhadoras domésticas, nesse sentido, estiveram no seio das contradições de estruturas sociais que por ora impediam a sua valorização e reconhecimento, e nesse momento atual não será diferente. Acredita-se que tudo aquilo que se materializa como subversivo ao neoliberalismo econômico e ao conservadorismo moral será alvo de criminalização e desproteção legal no âmbito das políticas sociais e do sistema de proteção social brasileiro, tendo em vista o avanço das forças reacionárias em todo o mundo.

A regulamentação do trabalho doméstico, além de ter acontecido de forma extremamente tardia determinada por estruturas sociais e pela formação socioeconômica brasileira, contou com trâmites institucionais no âmbito do Estado em um momento no qual a correlação de forças apontava para avanços (evidentemente restritos de um projeto democrático popular, mas com práticas conciliatórias) em direitos sociais e na garantia da cidadania. Hoje, o cenário desenhado aponta para um futuro totalmente diferente, tendo em vista que tais forças reacionárias e seus avanços em todo o globo em nome do imperialismo norte-americano utiliza-se da ampliação de

suas bases sociais e sua consolidação na esfera representativa do Estado para pavimentar legalmente os caminhos para a valorização sem escrúpulos do capital. Sendo assim

O capital – por sua própria natureza e suas determinações internas – é incontrolável. Portanto, investir as energias de um movimento social na tentativa de reformar um sistema de fato incontrolável é um empreendimento muito mais infrutífero do que o trabalho de Sísifo [mitologia grega], já que a simples viabilidade mesmo da reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de controlar aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que se tenta reformar (MÉSZÁROS, 2010, p.144, comentários nossos).

A necessidade de se contrapor as forças do capital é um não só histórico como urgente nesse momento de retirada sem freios de direitos sociais conquistados através da mobilização da classe trabalhadora – a exemplo da regulamentação do trabalho doméstico em 2015, que foi fruto de articulação das empregadas domésticas e protagonistas de instituições, sindicatos e teóricos. Nesse momento, é imperioso que essa mobilização extrapole seus limites e parâmetros estabelecidos no curso da história e se reinvente contra novos mecanismos do capitalismo e do neoliberalismo hegemônico, para que se avance na luta da classe trabalhadora por uma sociabilidade que valorize as capacidades teleológicas do ser social e reconheça a capacidade ontológica do trabalho como criador de valor que satisfaça as necessidades humanas, tendo em vista que essas dimensões são anuladas no capitalismo em nome do lucro e da valorização e autorreprodução do capital.

Por fim, registra-se que dado o limite de tempo para a escrita e apresentação formal do trabalho, não foi possível realizar levantamento de dados a respeito da categoria de empregadas domésticas na atualidade, tendo o presente trabalho assim direcionado à análise teórica de produções científicas que tratavam dos principais temas expostos aqui. Mas tal impossibilidade de análise quantitativa aguçou (ainda mais) a pretensão de aprofundar-se e ampliar os estudos na temática do trabalho doméstico a nível de pós-graduação.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ÁVILA, Maria Betânia. **Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico.** 1. ed. Série Formação Política. Recife: SOS Corpo: 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 jan. 2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PLP 302/2013 (Projeto de Lei Complementar).** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585608>. Acesso em 22 jan. 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** 1. ed. Consciência em Debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CFEMEA. **A Seguridade Social é um direito das mulheres. Vamos à luta!** / org. Isabel Freitas, Natalia Mori e Verônica Ferreira. Brasília: CFEMEA, 2010.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** 1. ed. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8) – São Paulo: Cortez, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEESE. **O emprego doméstico no Brasil.** nº 68. São Paulo: DIEESE, 2013.
- ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 1. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2017.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48º ed. São Paulo: Editora Global, 2003.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revista Ciência Sociais Hoje, p. 223-244. Rio de Janeiro: Anpocs, 1984.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- JACINO, Ramatis. **O branqueamento do trabalho.** 1. ed. São Paulo: Nefertiti Editora Ltda, 2008.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social - Volume II**. [Recurso eletrônico] 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. [Recurso eletrônico] 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos de Marx de 1861 a 1863**. [Recurso eletrônico] 1863. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta1/docs/manuscritos.pdf>. Acesso em 12 jan. 2019.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret LTDA, 2017.

_____. **O capital**: crítica da economia política – Livro I. ed. 24°. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 1. ed. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. **História do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. In: Revista Afro-Ásia, p. 124-137. São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, 1983.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. 1. ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEIXOTO, Blenda Santos Naves. **A condição do trabalho doméstico no Brasil e sua relação com a previdência social**. (Dissertação de mestrado) – Universidade de Brasília, 2017.

RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária**: literatura, testemunhos e invenção da empregadas doméstica no Brasil (1889-1999). 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social no Brasil**: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. (Tese de doutorado) – Universidade de Brasília, 2011.